

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**A PLURIATIVIDADE NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
DO PARQUE LARANJEIRA EM JUÍNA/MT**

João Aparecido Ortiz de França

Lajeado, junho de 2016

João Aparecido Ortiz de França

A PLURIATIVIDADE NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO PARQUE LARANJEIRA EM JUÍNA/MT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Margarita Rosa Gaviria Meija

Lajeado, junho de 2016

João Aparecido Ortiz de França

**A PLURIATIVIDADE NA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
DO PARQUE LARANJEIRA EM JUÍNA/MT**

A Banca Examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Prof.^a Dr.^a Margarita Rosa Gaviria Mejia
Centro Universitário UNIVATES

Prof.^a Dr.^a Jane Mazzarino
Centro Universitário UNIVATES

Prof.^a Dr.^a. Rosmari Terezinha Cazarotto
Centro Universitário UNIVATES

Prof.^a Dr.^a Virgínia Elisabeta Etges.
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Lajeado, junho de 2016

Dedico este trabalho a minha esposa Vilma, a minha filha Thais e ao meu filho Diego que nos momentos de dificuldades me suportaram e me incentivaram na concretização desse trabalho.

Agradeço a Deus por ter me concedido saúde, perseverança e otimismo para
conseguir com êxito a conclusão desse trabalho;

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Margarita Rosa Gaviria Mejia pela sua atenção
e empenho no auxílio na elaboração dessa dissertação.

A todos os professores e professoras do Mestrado Meio Ambiente e
Desenvolvimento que contribuíram de forma direta e indireta com a realização
desta dissertação;

Ao amigo e companheiro de trabalho Prof.^o Luciano Rodrigo Lansanova
pelos constantes atos de apoio e motivação;

Aos moradores do Parque Laranjeira que forneceram os dados essenciais
para concretização da minha pesquisa de campo;

A todos os servidores do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT Campus Juína
pelas palavras de incentivo que recebi durante o curso de Mestrado;

A maior desgraça de um país pobre é que em vez de produzir riqueza, produz ricos.
(Mia Couto)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o papel da pluriatividade nas práticas de sustentabilidade econômica, social e ambiental desenvolvidas por moradores do Parque Laranjeira, localizado no perímetro rural do município de Juína – MT, distante a 5 km do centro urbano. Para a elaboração deste trabalho foi feito um levantamento da produção teórica acerca do significado da pluriatividade e outras práticas econômicas e ambientais associadas à realidade do meio rural contemporâneo, onde as fronteiras entre o rural e o urbano se esvaziam. Cenário apreendido através das categorias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa etnográfica foram a observação direta, as entrevistas dirigidas e conversas informais com os agricultores, proprietários dos 84 estabelecimentos rurais que compõem o Parque. Em termos gerais o propósito desta pesquisa etnográfica era fazer um mapeamento das dimensões sociais, econômicas e ambientais no âmbito do Parque e com base nelas observar o significado da pluriatividade. Outros instrumentos metodológicos foram as imagens. Estas permitiram visualizar as transformações do Parque decorrentes do processo de ocupação que levou à construção deste território. A partir dos resultados do estudo pode-se perceber que das famílias residentes no Parque Laranjeira, aproximadamente 9 delas consideram-se pluriativas, pois a renda familiar é obtida através da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, estratégia econômica utilizada pelos integrantes da unidade familiar visando sua sustentabilidade. Contudo, observando as práticas ambientais desenvolvidas, percebe-se que estas distanciam-se dos elementos necessários para um desenvolvimento sustentável.

Palavras - chave: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Pluriatividade;

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of pluriactivity in the economic, social and environmental sustainability practices developed by residents of the Parque Laranjeira, situated in a rural area of the municipality of Juina - MT, distant 5 km from the city center. For preparation of this work was done a survey of the theoretical production about the meaning of pluriactivity and other economic and environmental practices associated with the reality of contemporary rural areas, where the boundaries between rural and urban depleted themselves. Scenario seized through the categories of sustainable development and sustainability. Methodological procedures used in the realization of ethnographic research were direct observation, directed interviews and informal conversations with farmers, owners of the 84 farms that make up the Parque. In general terms the purpose of this ethnographic research was to map the social, economic and environmental dimensions within the Park and based on them to observe the significance of pluriactivity. Other methodological tools were the images. These allow you to view the transformation of the Parque resulting from the occupation process that led to the construction of this territory. From the results of the study can be seen that of households in Parque Laranjeira, about 9 of them are considered pluriactive because family income is obtained through a combination of agricultural and non agricultural, economic strategy used by members of the family unit aiming its sustainability. However, observing the developed environmental practices, it is clear that they distance themselves from the elements necessary for sustainable development.

Keywords: Development; Sustainability; pluriactivity;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEMAT	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COOPERJUINA	Cooperativa Agropecuária Mista Juina Ltda
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum da União
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Parque Laranjeira	29
Figura 2 – Processo de colonização – 1976 e 1979.....	34
Figura 3 – Naturalidade dos atuais proprietários das áreas do Parque Laranjeira.....	36
Figura 4 - Ocupação do Parque Laranjeira – 1984 a 2015	37
Figura 5 – Propriedades com solo degradado.....	41
Figura 6 – Causas da degradação do solo.....	42
Figura 7 – Estados civil dos entrevistados	45
Figura 8 – Escolaridade dos entrevistados	46
Figura 9 – Eletrodomésticos básicos nas moradias do Parque Laranjeira.....	48
Figura 10 – Atividade de lazer praticada no Parque Laranjeira.....	50
Figura 11 – Tamanho da área das propriedades do Parque Laranjeira	53
Figura 12 – Posse da terra no Parque Laranjeira.....	54
Figura 13 – Tipos de criação praticada nas propriedades do Parque Laranjeira	56
Figura 14 – Tipos de culturas praticadas nas propriedades do Parque Laranjeira.....	57
Figura 15 – Destinação da produção do Parque Laranjeira	58
Figura 16 – Principais fontes de receita não agrícola dos moradores do Parque Laranjeira	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação dos recursos hídricos no Parque Laranjeira	40
Tabela 2 – Quantidade de propriedades utilizam adubação no Parque Laranjeira	42
Tabela 3 – Quantidade de propriedades que realizam controle de pragas no Parque Laranjeira	43
Tabela 4 – Forma e destinação das embalagens de agrotóxicos no Parque Laranjeira	43
Tabela 5 – Características gerais da amostra no Parque Laranjeira.....	44
Tabela 6 – Condição Domiciliar do Parque Laranjeira	47
Tabela 7 – Acesso à informação dos moradores no Parque Laranjeira	49
Tabela 8 – Tipo de renda das famílias residentes no Parque Laranjeira	52
Tabela 9 – Composição da renda de acordo com a quantidade de domiciliados	53
Tabela 10 – Área da propriedade destinada para produção	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA	16
2.1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1.1.DESENVOLVIMENTO: MUDANÇA DE PARADIGMA.....	18
2.1.2.PLURIATIVIDADE: UMA PRÁTICA PARA SUSTENTABILIDADE.....	23
2.2.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
3 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO PARQUE LARANJEIRA.....	32
4 APROPRIAÇÃO SOCIECONOMICA E AMBIENTAL DO PARQUE LARANJEIRA.....	39
4.1. ANÁLISE AMBIENTAL DO PARQUE LARANJEIRA	39
4.2.CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO PARQUE LARANJEIRA.....	44
4.3. ASPECTOS ECONÔMICOS DO PARQUE LARANJEIRA	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6 REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE A	70
APÊNDICE B	72
ANEXOS	76

1 INTRODUÇÃO

A modernização na agricultura brasileira, intensificada a partir da década de 70, provocou aumento na produção agrícola que contribuiu para o aumento da exportação e o crescimento da economia nacional. Paradoxalmente, este processo reverteu em um modelo de crescimento que gerou desemprego no campo, com a necessidade de altos investimentos de capitais para compra de insumos e equipamentos agrícolas, provocou o aumento da produção sem levar em consideração seu impacto nas questões ambientais e a exclusão social decorrente do processo.

Nesse cenário, os pequenos produtores agrícolas que não tiveram condições financeiras para acompanhar os avanços tecnológicos na produção agrícola e competir no mercado optaram por migrar para outros espaços produtivos. Situação que desencadeou no aumento progressivo da saída de trabalhadores rurais em direção às cidades à procura de trabalho e melhores condições de vida.

A modernização da agricultura e suas conseqüentes práticas de exclusão econômica e social, dos setores mais fragilizados, e o impacto ambiental negativo provocaram mudanças nas relações sociais de trabalho no meio rural. Uma das mudanças que caracteriza a nova ruralidade que se instala neste contexto é a inserção de pequenos agricultores em atividades produtivas não agrícolas. Os agricultores passam a procurar outras fontes de renda fora da propriedade rural para aumentar a renda familiar e garantir a reprodução social e biológica. Quer dizer, buscam a sustentabilidade no âmbito do meio rural, dando continuidade ao modo de vida agrícola. Este fenômeno que é adotado como estratégia de sobrevivência econômica de indivíduos de uma mesma família de agricultores, residentes em espaços rurais, caracterizado pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, denomina-se de pluriatividade (SCHNEIDER, 2009).

Sendo assim, diante da necessidade de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável nas 84 propriedades rurais, cuja extensão

territorial varia entre 1 a 2 hectares, administradas por 25 proprietários, os moradores do Parque Laranjeira, localizado a 5 km da cidade de Juína – MT, combinam atividades agrícolas e não agrícolas com o intuito de produzir bens necessários para comercializar na zona urbana do município e continuar residindo na área rural com condições dignas de vida (SAMMA, 2011).

O município de Juína - MT localiza-se no noroeste do Estado de Mato Grosso. Possui clima equatorial quente e úmido e está inserido na zona de transição entre o bioma cerrado e amazônico. O projeto de criação do município de Juína – MT, consolidado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi executado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), em 1976. Este teve como um de seus propósitos a divisão do território, no entorno da zona urbana, em pequenas propriedades, visando a desenvolver atividades produtivas que permitissem abastecer a população urbana com produtos hortifrutigranjeiros (IORIS, 2009).

O interesse na problemática em torno da qual se elabora o presente estudo surgiu da observação do autor, durante anos, das transformações econômicas e ambientais. A proximidade do Parque do lugar de residência e de trabalho do pesquisador fez com que este acompanhasse o processo de ocupação e de desenvolvimento do Parque Laranjeira desde sua criação. Observou com o decorrer do tempo que as áreas de desmatamento aumentaram, sem preocupação alguma dos atores sociais que interagem no espaço, com prejuízos aos recursos naturais, causando impactos ambientais. E devido alto custo de produção e/ou a baixa produtividade ocasionada pela degradação do solo, causaram redução das áreas de produção de hortifrutigranjeiros nas propriedades pertencentes ao Parque Laranjeira e na diversificação de atividades e/ou fontes de renda entre os integrantes da unidade familiar.

O problema de pesquisa foi construído em torno do conceito de pluriatividade, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Conceitos pensados a partir da experiência de vida dos moradores do Parque Laranjeira no município de Juína – MT, em torno dos qual se levanta a pergunta norteadora: neste contexto a pluriatividade permite criar condições para sustentabilidade econômica, social e ambiental?

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o papel da pluriatividade na promoção de condições para sustentabilidade econômica, social e ambiental dos moradores no Parque Laranjeira em Juína/MT, e como objetivos específicos:

- a) Fazer uma caracterização geográfica do Parque Laranjeira em Juína/MT, o relevo, o clima e a vegetação do espaço onde se localiza. Deste modo, conhecer a estrutura paisagística e os recursos naturais de que dispõem neste território;
- b) Analisar elementos históricos que incidiram sobre o processo de criação e ocupação do Parque Laranjeira em Juína/MT. Tendo em conta que para entender a situação atual do Parque deve-se remeter aos fatos que o precederam.
- c) Desenvolver os conceitos que norteiam a proposta do estudo. Discorre-se acerca da pluriatividade, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- d) Analisar as dimensões econômicas, sociais e ambientais que dão sustento ao Parque Laranjeira em Juína/MT como território sustentável;
- e) Indagar em que medida as atividades econômicas praticadas pelos moradores do Parque Laranjeira relacionam-se com aquelas práticas qualificadas de pluriatividade e sustentabilidade;

Para atingir os objetivos propostos, num primeiro momento se realizou uma pesquisa bibliográfica referente ao Parque Laranjeira, no que diz respeito à história e características geográficas e sociais deste território. Paralelamente se fez uma revisão da literatura que trata dos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e pluriatividade. Tendo como base o conhecimento prévio do Parque obtido da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas, com aplicação de formulário semi-estruturado a 22 proprietários do Parque Laranjeira.

Esta dissertação é dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, a introdução, se faz uma apresentação geral do estudo, assinalando objetivos gerais, específicos e justificativa. O segundo capítulo trata da fundamentação teórica, baseada nos conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, pluriatividade e sustentabilidade. No item dois deste capítulo discorre sobre a metodologia utilizada, a fundamentação da orientação metodológica que guiou este estudo, os instrumentos na coleta e análise dos dados.

O terceiro capítulo aborda as dimensões históricas e geográficas do universo da pesquisa. Discerne sobre a origem e as formas de ocupação do Parque Laranjeira, bem como suas condições naturais antes da ocupação social e o impacto das ações antrópicas. No quarto capítulo tratam-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais relacionados com as atividades desenvolvidas, a percepção ambiental e a perspectiva da qualidade de vida entre os moradores do Parque Laranjeira.

No quinto e último capítulo, apresentam-se as considerações finais da dissertação, elaboradas com base na análise dos resultados obtidos na pesquisa. Elucida-se em que medida as atividades pluriativas desenvolvidas pelos moradores do Parque Laranjeira no município de Juina - MT promovem ou não condições para sustentabilidade econômica, social e ambiental.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Neste capítulo se faz, em primeiro lugar, um levantamento das teorias nas quais se fundamenta esta pesquisa. No segundo item se abordam os procedimentos metodológicos utilizados tanto durante a pesquisa quanto na análise dos dados.

2.1 Fundamentação Teórica

Investigar a vida humana é explorar as condições de possibilidade em um mundo povoado por seres cujas identidades são estabelecidas, em primeiro lugar, não por atributos recebidos, específicos de uma cultura ou espécie, mas por realização produtiva (INGOLD, 2015). Produção que se dá em relação constante com os bens da natureza e muda no decorrer dos anos. Nesse sentido, as condições de produção são influenciadas por transformações sociais, econômicas e tecnológicas. De uma perspectiva macro, pode-se associar o processo de desenvolvimento humano ao processo de evolução das sociedades em geral, onde a história da humanidade é a história de seu desenvolvimento (SALVADOR, 2007).

Com o advento do sistema capitalista, no século XVI, e da industrialização, no século XVIII, desencadeou-se um modelo de crescimento econômico voltado para o acúmulo de riqueza que vêm sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento, mas promove formas de exclusão social de alguns setores da população e a degradação ambiental. Esse modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios socioeconômicos e ambientais, pois a sociedade atual convive com a divisão entre dois panoramas sociais bem distintos, de um lado, riqueza e fartura, e do outro lado, a indigência e a degradação ambiental (OLIMPIO, 2010).

Para Mendes (2009), o crescimento econômico, de maneira isolada, não promove simultaneamente a igualdade nem a equidade social, enquanto que, se for associado ao desenvolvimento, além de gerar riqueza, possibilita sua distribuição. Esta soma crescimento e desenvolvimento possibilitam gerar uma melhor qualidade

de vida para a população em geral, a qual interfere na qualidade ambiental do planeta.

Segundo Bresser-Pereira (2003), o desenvolvimento é um processo social global onde os aspectos sociais, políticos e econômicos devem estar interligados e constantemente passando por transformações, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Caso ocorra o desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social e político, ou vice-versa, não pode ser considerado desenvolvimento.

Vasconcellos (2008) destaca que crescimento econômico e desenvolvimento econômico são conceitos distintos. O crescimento econômico é o crescimento sucessivo da renda per capita ao longo do tempo, enquanto que desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, que abrange as modificações na elaboração do produto, mas com destinação dos recursos para os diversos setores da economia, com objetivo de melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social da população.

No âmbito da sociedade contemporânea, vivencia-se um processo de reflexões e indagações acerca dos modelos econômicos, sociais e ambientais. Tais modelos, postos e construídos pelas pessoas que convivem nela, estão sendo condicionados pelo atual estágio do sistema capitalista, que promove o consumismo, a desenvolver atividades econômicas que proporcionem o acúmulo de riqueza e conseqüentemente condições financeiras necessárias para adquirir produtos que atendam suas necessidades, desejos e interesses diversos (PORTILHO, 2005).

Na busca do crescimento econômico, a sociedade contemporânea para obter o máximo de bem-estar social intensifica sua participação no produto total, obtido muitas vezes à custa dos interesses das classes sociais menos favorecidas, as quais são privadas dos benefícios do capital econômico e/ou do acesso à educação. Porém, a sociedade contemporânea só conseguirá atingir um bom padrão de desenvolvimento econômico, social e ambiental quando um setor da sociedade conseguir aumentar sua participação no produto total sem reduzir as possibilidades dos outros setores da sociedade (SOUZA, 2012).

Contudo, seguindo Barcellos (2008), muitas vezes o acúmulo da riqueza só foi possível devido à subtração inadequada de bens excedentes alheios, baseado no poder econômico de uma estrutura social que promove a desigualdade. Prática que continua sendo utilizada pelos detentores do poder econômico através de sua

supremacia, a qual se reflete não apenas na esfera econômica, mas em manifestações de dominação cultural fundamentadas na discriminação étnica, de gênero ou religiosa daqueles setores sociais que insistem em recriar suas diferenças em relação à cultura hegemônica. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento tecnológico das civilizações modernas não tem como objetivo principal garantir as necessidades de subsistência da população e sim ampliar o poder de dominação e incentivar o consumismo, pois uma das características do sistema capitalista é a superexploração dos recursos naturais e da força do trabalho.

Deste modo, no anseio de adquirir bens materiais para alcançar o padrão de qualidade de vida almejado, a sociedade atual procura compulsivamente a acumulação de riquezas, do qual ficam excluídos os setores mais pobres da sociedade. Em suma, é um modelo de desenvolvimento que se sustenta na promoção das desigualdades sociais e no uso inadequado dos recursos naturais, gerando impactos socioambientais, considerados ameaçadores para preservação dos seres humanos e não humanos no planeta Terra (INGOLD, 2015).

2.1.1 Desenvolvimento: Mudança de Paradigma

Nesse subitem será explanado, de forma sucinta, sobre as discussões teóricas relacionadas a diferenciação de crescimento econômico versus desenvolvimento, também se abordam os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

A partir de meados do século XX, o ser humano começou a rever seus conceitos em relação à natureza. O surgimento da crise ambiental e social vem provocando estudos e discussões sobre a possibilidade de encontrar um novo modelo de desenvolvimento que promova a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

De acordo com Barcellos (2008), existe uma luta entre duas filosofias sobre o desenvolvimento. Por um lado o extremo individualismo, o interesse privado e hegemônico, onde prevalece o domínio do mais forte na busca desenfreada da rentabilidade sem se preocupar com os danos ambientais e a exclusão social. Por outro, a busca da solidariedade, o respeito ao interesse coletivo e o impulso étnico e humano de compartilhar, baseado no bem comum. Nesta última situação, o crescimento individual relaciona-se com o avanço coletivo, ao mesmo tempo em

que, o crescimento econômico e os avanços tecnológicos objetivam promover maior equidade social em consonância com a conservação ambiental.

As discussões sobre o desenvolvimento e sustentabilidade começaram a ganhar evidência a partir da década de 50, quando a humanidade percebeu que estava diante de uma crise ambiental global. A percepção da limitação dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental na maioria dos países na atualidade, é o fundamento principal para a implantação de práticas que fomentem ações para atingir o desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2009). Contudo, apesar dos estudos realizados, é difícil encontrar um consenso entre os pesquisadores sobre o conceito que visa definir desenvolvimento e a sustentabilidade.

Nascimento (2012) argumenta que a noção de sustentabilidade tem duas formas de procedência. A primeira está relacionada com a biologia através da ecologia, onde considera a competência dos ecossistemas em relação a sua reprodução e recuperação frente às ações antrópicas. A segunda está relacionada com a economia, com a percepção de que os recursos naturais são finitos diante do modelo de desenvolvimento praticado a partir do século XX, que se fundamenta no aumento da produção e do consumismo, não tem condições de se perpetuar.

Para Jacob (1999), a sustentabilidade deve estar pautada na manutenção da sustentação econômico-financeira e institucional. Contudo, para sua efetivação, é necessária a implementação de políticas públicas que respeitem as diferenças socioeconômicas e ecológicas existentes, que incentivem a equidade social, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental, e assim concretizar o desenvolvimento.

A sustentabilidade tem que abranger as dimensões econômicas, sociais e ambientais com orientações de mudanças socioeconômicas e tecnológicas que assegurem a satisfação das necessidades humanas de maneira continuada para as futuras gerações. As indicações sobre o quê seria o desenvolvimento sustentável não podem ser as mesmas para as diferentes regiões do planeta, pois as formas em que ocorrem as relações entre homem-natureza são distintas entre os países e até mesmo no âmbito de cada país se apresentam grandes desigualdades regionais (CARVALHO, 2008).

Segundo Sachs (2000), a sustentabilidade deve compreender 8 dimensões: A Social, que deve estar relacionado à melhor distribuição de renda com igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais; a Cultural, que se refere ao equilíbrio e

respeito entre às tradições e as inovações, com liberdade e autonomia para elaborar projetos nacionais associado com o reconhecimento em relação aos acontecimentos externos; A Ecológica, que está relacionado com o potencial e preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis; A Ambiental, refere-se a capacidade de resiliência dos ecossistemas naturais; A Territorial está relacionada com a paridade de investimentos públicos, visando amenizar as diferenças inter-regionais e ambientes ecologicamente frágeis; A Econômica que compreende um desenvolvimento com segurança alimentar, onde os setores de produção estão interligados com autonomia e capacidade de inovações em pesquisa e novas tecnologias; A Política Nacional, está relacionada à democracia, que assegura os direitos humanos e na capacidade do Estado na implementação de políticas públicas em nível nacional; e a Política Internacional que refere-se na capacidade do sistema internacional de prevenção em relação aos problemas de ordem econômica, social, ambiental na esfera global.

A sustentabilidade depende da responsabilidade ecológica entre as gerações e na eficiência dos setores produtivos para que atenda as necessidades da maior parte da sociedade, sem ficar focado apenas na lucratividade empresarial. Contudo, a sustentabilidade só será alcançada quando forem valorizados os saberes e costumes das pessoas, e os problemas forem analisados de uma forma mais abrangente. Porém, para que isso ocorra será necessária uma transformação no modelo de desenvolvimento econômico da sociedade contemporânea (SACHS, 2002).

Segundo Veiga (2010), a mensuração da sustentabilidade deve ter indicadores simultâneos da dimensão econômica, ambiental e da qualidade de vida. E que sua complexidade está relacionada com modelo de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento do sistema capitalista. Portanto, para que ocorra a sustentabilidade é necessário um modelo econômico global que considere a capacidade conservação dos recursos naturais em relação às atividades econômicas e detenha a cultura do consumismo. Necessitando assim, de mudança nos paradigmas que determinam desenvolvimento, progresso e prosperidade.

Portanto, nas Conferências de Estocolmo (1972) e Rio (1992) promovidas pela Organização das Nações Unidas - ONU para pensar os problemas ambientais no planeta, o eixo das discussões apoiou-se numa nova concepção de desenvolvimento. Nesta ótica, o desenvolvimento não deve estar atrelado somente à

questão ambiental, deve estar associado também à questão social. A sustentabilidade deve promover a equidade social e a qualidade de vida atual e das próximas gerações (NASCIMENTO, 2012).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU, também conhecida como Comissão de Brundtland, com o objetivo de propor uma relação entre desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, elaborou o relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório apresentou o termo Desenvolvimento Sustentável e a definição mais difundida do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades” (EHLERS, 2008, p. 56). A partir de então, o termo desenvolvimento sustentável foi cunhado pela mídia global, e estabeleceu-se por consenso que deveria estar consolidado pela esfera da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O relatório elaborado por Brundtland considera que a pobreza generalizada não é mais inevitável e que o desenvolvimento deve privilegiar o atendimento das necessidades básicas de todos e oferecer oportunidades de melhora de qualidade de vida para a população (BARBOSA, 2008).

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988), os objetivos do desenvolvimento sustentável estão ligados com o processo de crescimento das cidades e busca do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre seus objetivos estão a mudança de qualidade do crescimento, a satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico, a garantia de um nível sustentável da população, a conservação e proteção da base de recursos e a reorientação da tecnologia, do gerenciamento de risco e das relações econômicas internacionais.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi então firmado no documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, a Agenda 21, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos. Outra definição de “desenvolvimento sustentável” foi apresentada por Satterthwaite (2004), que elucida que este tipo de desenvolvimento é a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro.

Portanto, o conceito de sustentabilidade no qual se apoia este estudo é o de sustentabilidade difundido pelo Relatório Brundtland, fundamentado na inclusão das dimensões econômicas, sociais e ambientais. Nesse sentido, e de acordo com Moura (2002), a Sustentabilidade Ambiental consiste na preservação e utilização racional dos recursos naturais, utilizando técnicas limpas de produção, em concordância com as leis ambientais, evitando a degradação do solo, contaminação das águas e redução de resíduos e poluição. A Sustentabilidade Econômica consiste na realização de atividades econômicas em uma unidade de produção que não provoque danos sociais e ambientais, possibilitando produtividade e rentabilidade suficiente para atender as necessidades básicas do produtor, e garantir sua permanência no mercado e na propriedade. E a Sustentabilidade Social consiste em promover equidade na distribuição da renda, de modo a melhorar os direitos e as condições da população, assegurando qualidade de vida e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

Nascimento (2012) também distingue três esferas de desenvolvimento sustentável, a primeira esfera é a ambiental, nela, o modelo de produção e consumo é compatível com a base material em que se assenta a economia. Isto é, produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua capacidade de regeneração. A segunda esfera é a econômica, que propõe a inovação tecnológica para melhorar a eficiência da produção e do consumo reduzindo a utilização de recursos naturais. A terceira esfera é a social, que propõe uma sociedade mais justa, onde todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna sem usufruir em demasia os recursos naturais para não prejudicar a qualidade de vida de seus semelhantes.

Segundo Campanhola e Silva (2000), mesmo que o desenvolvimento sustentável seja um conceito universal, os critérios de análise não são universais. Pois, devem ser consideradas as particularidades econômicas, sociais e ambientais de cada localidade. Porém a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável depende de uma reestruturação social com efetiva participação dos agentes envolvidos, atendendo suas necessidades e aproveitando as oportunidades sustentáveis de desenvolvimento local nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Considerando que o processo de modernização e avanço tecnológico não ficou restrito as áreas urbanas, as áreas rurais vêm passando por um processo de

mecanização e modernização com objetivo de aumentar sua produção para atender as necessidades e acompanhar o ritmo econômico do sistema capitalista. Consequentemente, os bens e serviços que eram acessíveis apenas as população urbana, passaram a fazer parte do cotidiano da população rural provocando mudanças comportamentais, influenciadas pelo modelo capitalista de sociedade consumista.

O processo de urbanização, a descentralização industrial e a expansão da estrutura rodoviária possibilitaram maior integração entre o meio rural e urbano promovendo alteração nas atividades econômicas do meio rural. A modernidade na agricultura passou a incorporar a ideia de desenvolvimento econômico com o fim da autonomia técnica, econômica e cultural promovendo a especialização na produção para atender o mercado, além de provocar o aparecimento de um agricultor dependente, individualista e competitivo (ALMEIDA, 2009).

Sendo assim, quando se propõe um modelo o desenvolvimento dentro do parâmetro da sustentabilidade deve viabilizar que esse modelo também contemple as necessidades da população que vive no meio rural. Que passou a ter novas necessidades para alcançar o padrão de qualidade de vida desejado. Para Kluthcovsky e Takayanagui (2007), o conceito de qualidade de vida é abrangente e complexo, pois varia em função do contexto histórico, social, cultural e econômico no qual se viva, inclui aspectos objetivos e subjetivos. No início esteve associado somente à situação financeira de acesso a bens de consumo. Posteriormente incorporou dimensões psicológicas, físicas e sociais, como sensação de bem-estar, estilo de vida, lazer e educação.

2.1.2 Pluriatividade: uma prática para sustentabilidade.

O meio rural brasileiro vem passando por transformações e não pode ser analisado como um setor onde se praticam apenas atividades agropecuárias. Com o avanço tecnológico, as atividades produtivas realizadas nas propriedades rurais, diminuem a necessidade de utilização de mão de obra familiar, a produção passa a ser realizada por um ou dois dos membros da família, liberando os demais para a inserção em outras atividades econômicas, não agrícolas. Em vista que, para a complementação da renda familiar, é necessária a participação de todos os membros da família em idade produtiva.

O surgimento nas propriedades rurais, dessa nova forma de trabalho, onde as famílias desenvolvem atividades agropecuárias associada com atividades não agrícolas passaram a ser denominadas de famílias pluriativas (GRAZIANO, 1999).

O termo pluriactivité (pluriatividade) surgiu na Europa na década de 40 e passou a ser utilizado com mais frequência a partir da Política Agrícola Comum (PAC), para designar atividades assalariadas não agrícolas realizadas fora da propriedade rural. Os estudos acadêmicos relacionados à pluriatividade no Brasil são recentes, só se intensificaram a partir da década de 90 (MACHADO e CASALINHO, 2010).

Porém, entre os acadêmicos brasileiros, não existe um consenso sobre a conceituação do termo pluriatividade. Essa indefinição está relacionada com a origem teórica do conceito de pluriatividade. Alguns pesquisadores a consideram um fenômeno macroestrutural e transitório, enquanto outros consideram a pluriatividade sendo fenômeno microestrutural, estável e dependente de vários fatores relacionados aos indivíduos que compõem a família agrícola. Contudo apesar das divergências conceituais e teóricas, os pesquisadores, de qualquer uma dessas perspectivas, consideram que a pluriatividade é heterogênea e uma ferramenta que pode promover o desenvolvimento no meio rural.

A pluriatividade pode ser entendida como resultado do processo de transformação que vem ocorrendo no meio rural, onde os indivíduos de uma propriedade rural diversificam suas atividades agrícolas e não agrícolas de maneira conjunta dentro e/ou fora da propriedade com o objetivo de melhorar o orçamento familiar, utilizando todos os recursos disponíveis para acompanhar a dinâmica econômica e a reestruturação do modo de produção capitalista vigente (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Sacco Dos Anjos (2001) pondera que o surgimento da pluriatividade representa uma mudança do paradigma em relação à unidade de produção agrícola, pois as propriedades rurais pluriativas conseguem absorver a força de trabalho residente e liberar força de trabalho capaz de realizar atividades agrícolas ou não agrícolas fora da propriedade, com intuito de aumentar a renda familiar.

Schneider (2007) definiu o fenômeno da pluriatividade como a ação conjunta de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas de maneira paralela entre os indivíduos que compõem uma unidade familiar residente na zona rural. É resultado de ações individuais ou coletivas do grupo familiar, influenciadas por aspectos

econômicos, sociais e/ou ambientais que envolvem o espaço onde está inserida a família, a procura do aumento de suas respectivas formas e fontes de renda.

Contudo Carneiro (2009) salienta que a definição de pluriatividade é mais complexa e heterogênea, onde os dados analisados não devem estar relacionados apenas com a diversificação na obtenção de renda familiar. Deve-se analisar se a combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas não é apenas um processo transitório e conjuntural, intensificado pela crise no modelo de produção produtivista. Segundo a autora, a pluriatividade exige uma análise da relação dos agricultores com o contexto econômico e social onde estão inseridos e a estrutura interna da organização familiar nas propriedades rurais. É necessário considerar os valores, costumes e tradições, que não estão associados aos objetivos da produção, mas interfere nas decisões e estratégias das famílias.

Conforme revela a literatura, não existe um modelo único de pluriatividade. Este pode ser implantado em todos os contextos e situações. Sendo assim, antes de incentivar as atividades não agrícolas, devem ser analisadas as características e a dinâmica local. Contudo, a pluriatividade poderá ser uma alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável, já que contribui para a inclusão social, a geração de emprego e renda, reduz o êxodo rural, a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas nas áreas rurais (SCHNEIDER, 2007).

Sendo assim, na fase atual do capitalismo, marcada pela competitividade no cenário econômico, o desenvolvimento de fontes de renda fora da propriedade rural é uma forma das famílias agrícolas garantirem recursos necessários para permanecerem no meio rural e adquirirem produtos que garantam sua sobrevivência com melhores condições de vida (BORILLI, et al.,2006).

Contudo, um dos lados determinante para pluriatividade diz respeito basicamente a todo tipo de oportunidade existente para a inserção de membros de famílias agrícolas no mercado de trabalho não agrícolas, seja nas próprias áreas rurais, no seu entorno (economia local/regional), ou em áreas mais distantes, a partir das quais os membros da família enviam parte de suas rendas para complementar a renda familiar. Entretanto, Nascimento (2009) avaliando a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil, constatou que dinamismo não agrícola de um determinado entorno rural (economia local/territorial) é o último determinante para a configuração de um quadro de crescimento de casos de pluriatividade em uma região. O autor justifica tal fato, explicando que o crescimento econômico de um

dados entorno rural, ampliando a oferta de ocupações rurais não agrícolas, não é condição suficiente, embora necessária, para assegurar uma trajetória de crescimento da pluriatividade em uma área rural.

Vale ressaltar que os proprietários rurais sempre praticaram atividades não agrícolas. Todavia, a pluriatividade se diferencia das atividades não agrícolas do passado pelo fato de não ser uma situação ocasional e temporária e sim uma ação planejada e permanente, resultante de um planejamento familiar rural instigado por mudanças comportamentais e econômicas, onde a diversificação das fontes de renda em um território rural possibilita o desenvolvimento local, bem como permite gerar um desenvolvimento mais sustentável (TEIXEIRA, 2009).

Portanto, diante da necessidade de promover a sustentabilidade, aumenta o interesse por temas relacionados ao desenvolvimento rural, local e territorial. Nessa ordem de ideias, a pluriatividade passa a ser uma das maneiras de integração entre pessoas, famílias e empresas no contexto econômico e social local e nacional. A prática de atividades pluriativas entre os proprietários rurais pode proporcionar o desenvolvimento rural dentro dos princípios da sustentabilidade, e cria condições favoráveis nos aspectos que caracterizam a melhoria na qualidade de vida (ABRAMOVAY, 2009).

A realização de atividades econômicas baseadas nos parâmetros da sustentabilidade, que proporcione rendimentos suficientes para suprir as necessidades das pessoas com boa qualidade de vida, é um dos objetivos da sociedade contemporânea. A modernização ocorrida na área rural exclui produtores que não conseguem ser competitivos no mercado. Sendo assim, pequenos proprietários rurais passaram a praticar atividades pluriativas com intuito de aumentar sua rentabilidade e, conseqüentemente, melhorar seus padrões de vida, continuando sua relação com atividades agropecuárias, moradia e vida no espaço rural.

2.2 Procedimentos Metodológicos

O método utilizado nesta dissertação, com abordagem quali-quantitativa, foi o hipotético-dedutivo. Realizou-se uma pesquisa exploratória e na coleta de dados primários, as ferramentas de pesquisa utilizadas foram à observação direta extensiva e entrevistas com aplicação de formulário semi-estruturado. A metodologia

desenvolvida na pesquisa iniciou com a revisão bibliográfica para conhecer o estado da arte sobre o assunto e com base nele desenvolveu-se um estudo de caso.

A revisão bibliográfica teve como objetivo indagar por conceitos acerca de desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, pluriatividade e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Inclui-se a literatura produzida relativa à comunidade Parque Laranjeira no município de Juina – MT. Para Lakatos e Marconi (2010), a revisão bibliográfica tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato com o que tem sido escrito em relação ao assunto em questão, propiciando as bases para uma nova abordagem e ampliação do conhecimento. Neste sentido, qualquer estudo científico necessita de uma pesquisa bibliográfica para sua fundamentação teórica como referência, tanto no processo de coleta da informação quanto no momento de análises e na elaboração dos resultados.

O trabalho que aqui se apresenta é um estudo de caso, que consiste na análise intensiva de um objeto em um determinado ambiente ou uma situação em particular, necessitando de uma pesquisa detalhada de um ou poucos objetos com objetivo de adquirir conhecimento mais amplo sobre o assunto. (GODOY, 1995; Gil, 2008). Através de um estudo de caso é possível inserir-se em uma realidade social obtendo condições para que se possa conhecer, analisar e descrever os vários aspectos determinantes que englobam a situação examinada, que pode servir para compreender situações semelhantes.

O método hipotético-dedutivo consiste na elaboração de hipóteses para solucionar um determinado problema, que após serem testadas podem confirmar ou não os resultados esperados. Para Gil (2008), o método hipotético-dedutivo foi proposto por Popper e caracteriza-se em não generalizar as observações empíricas e sim seguir o caminho das teorias e leis. Segue o princípio de quando os conhecimentos disponíveis sobre um determinado objeto não são suficientes para explicá-lo, elabora-se hipóteses que uma vez testadas podem se confirmar ou não.

Quanto à pesquisa exploratória, Lakatos e Marconi (2010) argumentam que esta objetiva familiarizar o pesquisador com o objeto de estudo, proporcionando à elaboração de hipóteses e/ou a modificação de conceitos, obtendo descrições quali-quantitativas, com inúmeros procedimentos de coleta de dados. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória, que envolve entrevistas e pesquisa bibliográficas, visa maior integração do pesquisador com seu objeto de estudo, principalmente

quando o foco da investigação é em aspectos passíveis de várias interpretações como os econômicos, sociais e ambientais.

A pesquisa quantitativa utiliza técnicas de estatísticas, onde as informações coletadas são transformadas em números para que possam ser analisados e classificados com objetivo de conseguir, com o mínimo de distorções, maior segurança nos seus resultados (MARCONI e LAKATOS, 2011; GIL, 2008). Enquanto que a pesquisa qualitativa trabalha com informações relacionadas à heterogeneidade de um determinado problema, onde é necessário analisar e compreender os processos e fenômenos vivenciados nos diversos grupos sociais, possibilitando a compreensão das particularidades dos indivíduos (MINAYO, 2001).

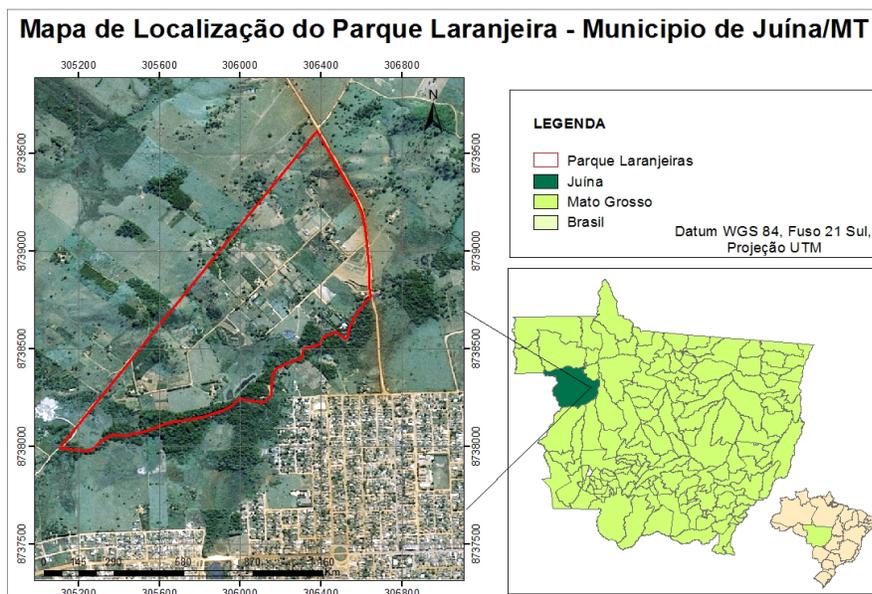
A opção pela utilização de métodos quantitativos e qualitativos (quali-quantitativa) tem como objetivo proporcionar maior compreensão e explicação do tema estudado. Para Ensslin e Vianna (2008) a abordagem quali-quantitativa é necessária para interpretação de contextos inseridos na relação dinâmica entre o objeto da pesquisa e o mundo cotidiano. A integração dos métodos quantitativa e qualitativa é uma tática de pesquisa que permite ampliar o conhecimento em relação ao tema pesquisado, pois o pesquisador tem a possibilidade de fazer o cruzamento dos resultados obtidos nas duas abordagens, contribuindo para alcançar os objetivos proposto e obter uma maior explicação e compreensão a realidade estudada (GOLDENBERG, 2004; MINAYO, 2005; BRÜGGEMANN e PARPINELLI, 2008).

Considerando os recursos metodológicos apontados acima e diante das mudanças na estrutura econômica, social e ambiental que vem ocorrendo no Parque Laranjeira, na pesquisa em questão se optou por analisar o modelo de desenvolvimento deste Parque seguindo a abordagem quali-quantitativa. Assim, os dados mensuráveis, como naturalidade dos proprietários, escolaridade, tempo de residência no Parque Laranjeira, tamanho da propriedade, atividades econômicas desenvolvidas, renda familiar, foram analisados através da avaliação quantitativa, enquanto que os dados subjetivos como qualidade de vida, percepção ambiental, atividades de lazer, participação em associações, foram analisados através da avaliação qualitativa.

A coleta dos dados foi realizada pelo pesquisador, entre o dia 25 de julho de 2013 a 29 de agosto de 2013, no setor rural Parque Laranjeira, localizado (Figura 1), a 5 km da cidade de Juina – MT, em uma área de 114,556 ha, que engloba 84

estabelecimentos rurais (1 à 2 hectares), administradas por 25 proprietários. O pesquisador entrou em contato com os proprietários para saber se estariam disponíveis em participar da pesquisa. Contudo, dois proprietários não concordaram em participar da pesquisa e um não foi localizado. Assim, a pesquisa foi construída com base nas informações de vinte e dois proprietários, após a aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP).¹

Figura 1: Localização do Parque Laranjeira.



Fonte: INPE/SEMA Adaptado, 2015.

A escolha do local como eixo da análise neste trabalho foi devido às mudanças da estrutura econômica, social e ambiental dos moradores do Parque Laranjeira Juína - MT e à sua proximidade com o centro urbano, o que facilita a apropriação e a interação dos moradores do Parque com a população urbana do município de Juína/MT, da qual o pesquisador faz parte. Além disso, como o Parque Laranjeira é drenado pelo rio Perdido, que abastece e contorna a cidade de Juína, ser povoado por agricultores familiares e por suas características geográficas, este espaço se constitui no município numa espécie de modelo de vida econômica no

¹ Parecer n.º 335.660, de 17/07/2013, de aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UNIVATES (ANEXO 1).

qual se podem conhecer as práticas que se centram na agricultura. Professores da educação básica e de nível superior da esfera pública e privada do referido município levam seus alunos com frequência até o local para eles aprenderem sobre as práticas agropecuárias, uso e conservação do solo e da água no meio agrícola. Todavia, foram poucos trabalhos de cunho acadêmico (ROCHA, 2009; CAMPOS, 2009) que utilizaram o Parque Laranjeira como objeto de estudo. Porém, os respectivos trabalhos não tinham como objetivo as peculiaridades do Parque Laranjeira, enquanto modo de vida rural no qual se sustenta. Sendo assim, o pesquisador se interessou em focar a atenção nesta realidade e a selecionou como objeto de estudo na dissertação de mestrado.

A abordagem aos proprietários ocorreu em suas respectivas propriedades, de acordo com a disponibilidade de data e horário de cada proprietário, onde foram informados sobre o teor da pesquisa e esclarecimento a respeito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE I). Este método de investigação foi necessário devido à dificuldade de reunir todos os proprietários em um só local e horário, causada pela diversidade das atividades econômicas desenvolvidas pelos proprietários. Assim sendo, foram necessárias 10 incursões in loco para contemplar a coleta dos dados.

Após a assinatura do TCLE pelos entrevistados do sexo masculino e/ou feminino com idade igual ou superior a 18 anos, os dados primários na pesquisa de campo foram coletados através de instrumento da observação direta extensiva e com entrevista e aplicação de formulário semi-estruturado, elaborado pelo pesquisador no intuito de atender o objetivo da presente dissertação. Para Lakatos e Marconi (2010, p.195) “formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social onde o processo de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”

O Formulário Econômico, Social e Ambiental aplicado no estudo de caso do Parque Laranjeira no município de Juína – MT (APÊNDICE II) foi estruturado em 04 (quatro) partes. A primeira aborda os dados pessoais com 04 (quatro) questões, a segunda os aspectos sociais com 20 (vinte) questões, a terceira os aspectos econômicos com 16 (dezesesseis) questões e a quarta os aspectos ambientais com 24 (vinte e quatro) questões, totalizando assim 64 questões, com 8 (oito) questões abertas e 64 (sessenta e quatro) questões fechadas.

Com o conjunto de formulários respondidos, se iniciou a etapa das análises. Foram analisados um por um e seus respectivos resultados sistematicamente organizados em planilha eletrônica para a mensuração. Os resultados quantitativos foram expressos em tabelas e gráficos e os resultados qualitativos foram descritos em forma de texto, correspondendo à interpretação dos dados feita pelo pesquisador embasado na literatura científica sobre o assunto.

Os resultados da dissertação serão divulgados em espaço acadêmicos de âmbito regional e nacional na forma de artigos científicos e mediante a participação em eventos. Este trabalho também vai ser divulgado entre a população do município de Juína – MT. O texto desta dissertação será disponibilizado em instituições educativas de acesso público no município, podendo ser utilizado como fonte bibliográfica em futuros estudos acadêmicos.

3 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO PARQUE LARANJEIRA

Este capítulo traz como objeto o processo de colonização do município de Juína – MT, a formação do Parque Laranjeira, bem como, sua estrutura geográfica, através de dados demográficos e sociais.

O município de Juína - MT está localizado na região Noroeste do Estado de Mato Grosso, com extensão territorial de 26.395,845 Km² e população de 39.255 habitantes (IBGE, 2010). O clima da região é do tipo Equatorial quente e úmido, definido pela temperatura média anual de 24°C. As chuvas estão distribuídas no período entre os meses de novembro a março, com uma precipitação anual de 2.250 mm. As estações são bem definidas, possuem um período seco de três a quatro meses (CAMPELO, et al., 1991).

A área, classificada e situada pelo RADAMBRASIL (1982), apresenta uma topografia com relevo plano e suavemente ondulado, sendo pertencente ao Grupo Parecis, na unidade geomorfológica Planalto dos Parecis, subunidade Chapada dos Parecis, que se constitui na mais extensa e contínua das unidades geomorfológicas da Folha SD.21 Cuiabá (Ministério do Exército). A hidrografia da região pertence à bacia Amazônica, sendo o rio Juruena e o rio Teles Pires, com seus respectivos afluentes, os que drenam o município de Juína – MT.

A vegetação predominante na área é a floresta ombrófila aberta (floresta de transição). A fisionomia florestal é composta por árvores mais espaçadas, com estrato arbustivo pouco denso e caracterizada ora pelas fanerófitas rosuladas ora pelas lianas lenhosas. O solo característico na região é do tipo Latossolo vermelho-escuro. Compreende solos minerais não hidromórficos, com horizonte B latossólico, de cores vermelho-escuras, vermelhas ou bruno-avermelhado escuras. São solos muito profundos, bem drenados, friáveis ou muito friáveis, de textura argilosa ou muito argilosa e média (RADAMBRASIL, 1982).

A criação do referido município se dá em decorrência das políticas de ocupação e colonização desenvolvidas pelo Governo Federal na década de 70, que tinham como o objetivo ocupar territórios “vazios demográficos” da federação,

visando expandir as fronteiras agrícolas em prol do desenvolvimento nacional. A esse respeito, Giraldi (2008) salienta que no início da década de 1970, o Centro-Oeste brasileiro (área de cerrado e floresta amazônica) passou a ser a nova fronteira agropecuária brasileira. Região caracterizada pela baixa densidade demográfica e extensa disponibilidade de terras a serem ocupadas por imigrantes vindos das demais regiões brasileiras, principalmente do sul do Brasil. Essa imigração foi promovida, como apontam Cavalcante e Fernandes (2006, p.114), por ações governamentais de âmbito federal e estadual através das quais estimularam “a migração de gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas e nordestinos para as regiões “desocupadas” do Estado do Mato Grosso”

Giraldi (2008) afirma que a ocupação desses vazios demográficos, localizados na região Centro-Oeste, ocorreu a partir de projetos públicos e privados desenvolvidos em parceria entre Estado e capital privado. O mesmo autor observa que grandes porções de terras foram oferecidas a preços irrisórios ou doadas a empresas privadas para o estabelecimento dos projetos de colonização, agropecuários ou de extrativismo florestal e mineral.

Neto (2008) aborda o tema da reocupação da Amazônia Legal, categoria utilizada para definir, conforme o código florestal (lei 12651 de 2012), o conjunto dos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão. O referido autor, em relação ao estado de Mato Grosso, observa que, durante a ditadura militar no Brasil, o governo federal, através da Lei nº 3.307 de 18 de dezembro em 1972, reservou uma extensa área de terra devoluta na região Noroeste à Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) com a finalidade de desenvolver projetos de colonização.

O projeto de criação do município de Juína– MT, consolidado pelo INCRA, foi executado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, em 1976, cujo objetivo era implantar um núcleo urbano no “meio” da floresta amazônica. No marco deste cenário nasce o projeto Juína, consolidado em 1976 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em 1979, através da Lei n.º 4.038 de 10 de junho de 1972, criou o distrito de Juína e em 09 de maio de 1982, após a elaboração da Lei n.º 4.456 transformou-se em município.

Figura 2 – Processo de colonização – 1976 e 1979.



Fonte: Acervo Biblioteca Municipal (2012).

A imagem da Figura 2 mostra o início do processo de colonização do município de Juína – MT, na década de 70. Nela se observa a presença abundante de vegetação nativa no entorno da cidade, período no qual esse recurso natural, era considerado um “desafio” a ser enfrentado para o avanço da colonização. Dentre os diversos problemas vivenciados na transformação das áreas de floresta em áreas urbanas pode se mencionar a longa distância de outros centros urbanos, a precariedade das estradas, a deficiência de meios de comunicação, a ausência de assistência médica, carência de mão de obra especializada, a insuficiência de energia elétrica (principalmente para armazenar alimentos), a escassez de víveres, as péssimas condições sanitárias da época, a ocorrência de doenças endêmicas como a malária e a utilização de equipamentos semi-mecanizados (motosserra, machado, serras, etc.) para a derrubada de árvores seculares (IORIS, 2009).

Devido à grande disponibilidade de madeira, as construções civis realizadas no processo de colonização do município eram feitas a partir desta matéria prima, ocasionando a derrubada de florestas no território. Contudo, esse processo trouxe como consequência negativa à perda de biodiversidade, pois foi necessário derrubar a floresta para dar lugar às habitações e áreas destinadas para a prática da agropecuária. Sendo assim, grande parcela da vegetação nativa foi suprimida sem nenhum plano de manejo sustentável. Além disso, a falta de carne bovina e suína para consumo alimentício da população local também incentivou à caça de animais

silvestres, como cateto, paca, anta, cutia, jacaré, dentre outros, o que contribuiu consideravelmente para redução da abundância de várias espécies animais.

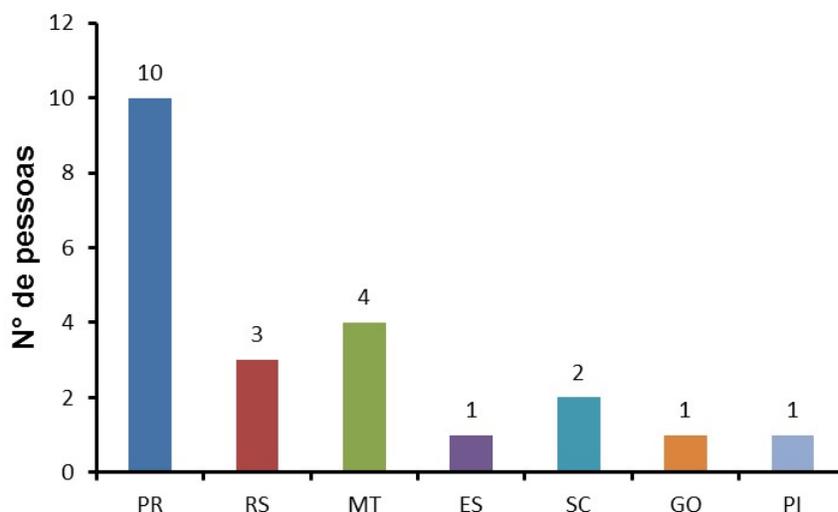
O plano de construção do município foi elaborado de forma que, no entorno da zona urbana seriam criadas pequenas propriedades rurais nas quais pudessem desenvolver atividades econômicas e abastecer a população urbana com produtos hortifrutigranjeiros produzidos nesses espaços (IORIS, 2009). Ainda segundo o mesmo autor, a zona rural do município foi repartida de maneira que as propriedades rurais com maior extensão territorial ficassem localizadas mais distantes do centro urbano e no entorno da cidade a área rural foi dividida em lotes de mais ou menos 12 hectares, formando um cinturão ao redor da zona urbana, destinada a pequenos agricultores para cultivar verduras, frutas e implantar pequenas granjas, visando ao abastecimento de alimentos para os moradores da cidade.

No projeto desenvolvido pela CODEMAT, na colonização do município de Juina, a área inicial do Parque Laranjeira, de 83 hectares, era considerada uma “Reserva Técnica”, categoria utilizada para designar áreas que no momento da criação do município não tinham uma destinação definida, mas, poderiam ser utilizadas de acordo com as futuras necessidades da administração municipal.

Entretanto, no ano de 1984, essa “Reserva Técnica” foi doada para a Cooperativa Agropecuária Mista de Juina Ltda (COOPERJUINA). Vale ressaltar que todos os projetos de colonização da época tinham que cumprir uma exigência do INCRA, que era a instalação de uma cooperativa em cada projeto de colonização. Desta maneira a “Reserva Técnica” foi doada à COOPERJUÍNA, com o intuito de esta arrecadar recursos financeiros para serem empenhados na estruturação da cooperativa.

A Cooperativa loteou a área da “Reserva Técnica” em 84 unidades, que passaram a ser denominadas “Sítios Recreios” com extensão variável entre 1 e 1,5 hectares, e vendeu os lotes a pequenos produtores rurais que tinham vocação e experiência na produção de hortifrutigranjeiros e no abastecimento de mercado locais. Como já citado anteriormente, o processo de colonização do município de Juína se deu principalmente por imigrantes provindos da região sul do país, tal fato pode ser observado na Figura 3, que mostra qual é a origem dos atuais proprietários residentes no Parque Laranjeira.

Figura 3 – Naturalidade dos atuais proprietários das áreas do Parque Laranjeira.



Fonte: Autor (2015).

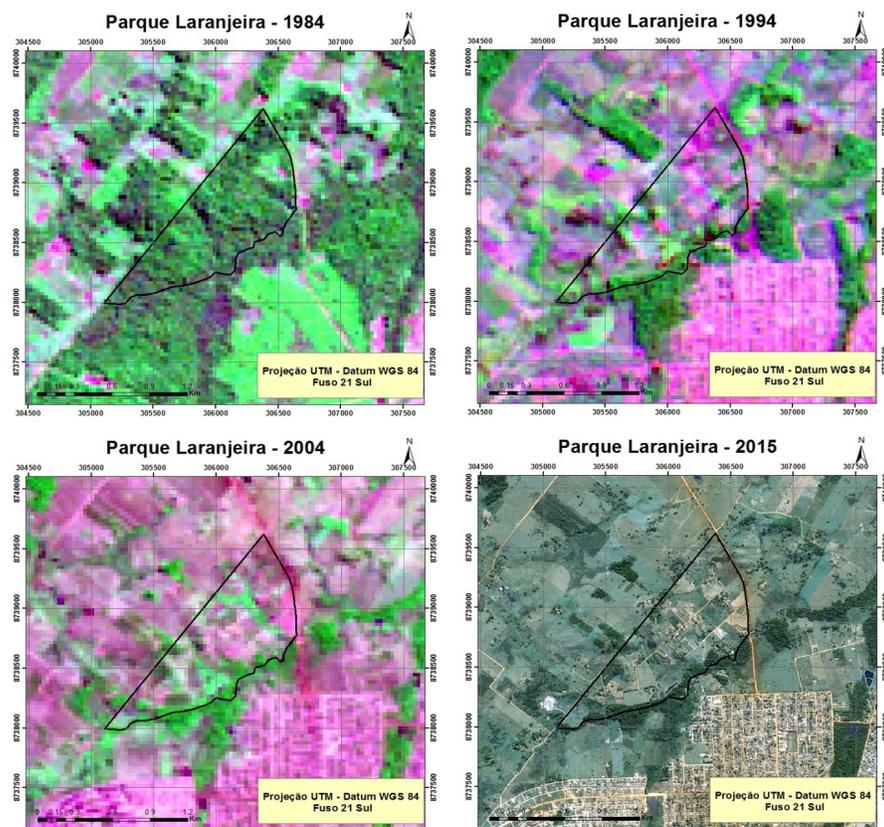
. Essa característica deve-se ao fato que no momento da colonização neste território, dava-se preferência por imigrantes sulistas. Situação que possibilitava reproduzir as formas de produção características de pequenas e médias propriedades da região sul, baseados na policultura e na mão de obra familiar (RODRIGUES, 2008).

O modo de vida e de produção agrícola do sul ia ao encontro com os objetivos da implantação do Parque Laranjeira. Nota-se que 15, dentre os 22 dos proprietários são oriundos da região sul, resultado do processo de divulgação do projeto de colonização realizado através de jornais, programas de rádio, televisão, cartazes, panfletos na região sul do Brasil. Os demais proprietários são oriundos dos estados de Mato Grosso (4), Goiás (1), Espírito Santo (1) e Piauí (1).

Contudo, na atualidade, essas diferenças de origem se expressam na estrutura familiar, na organização do espaço produtivo e na obtenção da renda. Dentre as 22 propriedades analisadas no presente estudo, 9 famílias são pluriativas, e destas, 6 são originárias da região sul. Das 11 famílias consideradas não agrícolas 8 são procedentes da região sul. Enquanto que as 2 famílias consideradas exclusivamente agrícolas são originários do estado de Mato Grosso e do estado de Goiás.

Deve-se salientar que o imigrante sulista, nas novas terras que ocupa, no âmbito dos projetos de colonização, tem como característica desenvolver a policultura, técnica peculiar de pequenas propriedades. Porém, cabe assinalar que, durante a ocupação do espaço onde está localizado o Parque Laranjeira no município de Juína – MT, a partir de 1985, não foi colocada em prática nenhuma política que incentivasse a preservação ambiental e a utilização de técnicas conservacionistas nos usos do solo, como a implementação de curvas de nível, plantio direto, rotação de culturas, etc. Entre as consequências negativas dessa forma de assentamento destacam-se, o desmatamento de grandes áreas sem a preservação das matas ciliares, que provocou assoreamento de cursos d'água e as queimadas sucessivas que ocasionaram a degradação do solo e a redução da biodiversidade, conforme pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 - Ocupação do Parque Laranjeira – 1984 a 2015.



Fonte: INPE/SEMA Adaptado (2015).

Na análise das imagens percebe-se que, em 10 anos, desapareceu praticamente toda a vegetação original do Parque Laranjeira. As áreas de cobertura vegetal foram substituídas por áreas utilizadas para desenvolver atividades antrópicas, como por exemplo, a construção de casas, o cultivo e/ou a criação de animais e áreas de lazer sem a devida preocupação com a preservação ambiental.

Uma vez percorrido acerca do contexto histórico e geográfico em que é criado o Parque, procede-se, no próximo capítulo, à caracterização da apropriação socioeconômica e ambiental do Parque Laranjeira. Nesse sentido, analisam-se os elementos sociais, econômicos e ambientais em torno dos quais se constrói e reconstrói o Parque Laranjeira no município de Juina - MT.

4 APROPRIAÇÃO SOCIECONOMICA E AMBIENTAL DO PARQUE LARANJEIRA

Para discorrer acerca do aspecto ambiental, social e econômico que se desenvolve no âmbito do Parque Laranjeira e a prática pluriativa, foram analisadas as entrevistas realizados a donos de propriedades. A análise permitiu observar algumas diferenças e semelhanças relevantes entre as famílias, tais como, se dedicam à agropecuária ou não, se desenvolvem práticas pluriativas, ou não. Consideraram-se outras variáveis, como o número de membros das famílias de origem, grau de instrução, tipo de atividade exercida, renda e qualidade de vida.

4.1 Análise Ambiental do Parque Laranjeira

É importante ressaltar que a análise das condições ambientais do Parque Laranjeira no presente estudo se apoia na visão dos proprietários de terras no âmbito do Parque. Todavia, conforme mencionado anteriormente o Parque Laranjeira foi cenário da implantação do modelo de desenvolvimento econômico e de ocupação da Amazônia na década de 70, onde não foi colocada em prática nenhuma política que incentivasse a preservação ambiental e a utilização de técnicas que conservasse o uso do solo (NETO, 2008).

Sendo assim, baseado na pesquisa realizada em 2013, verificou-se que 11 dos entrevistados residem no Parque Laranjeira há menos de 10 anos e afirmam que quando adquiriram seus respectivos lotes a vegetação nativa já havia sido transformada. Os demais relatam que quando adquiriam os lotes eram incentivados a derrubar a vegetação para fazer plantações e que não foram incentivados pelos órgãos ambientais públicos e/ou privados competentes a desenvolver práticas de preservação ambiental no território.

De acordo com as informações obtidas nas conversas com proprietários, guiadas pelo formulário semi-estruturado, e na observação da paisagem, percebe-se

que das 22 propriedades que compõem a amostra, 9 são drenadas pelo Rio Perdido, e destas, 3 apresentam problemas de assoreamento e degradação de matas ciliares (TABELA 1).

Tabela 1 – Situação dos recursos hídricos no Parque Laranjeira.

Curso D'água na propriedade	
Sim	9
Não	13
Mata ciliar desmatada	
Sim	3
Não	19
Rios assoreados	
Sim	3
Não	19

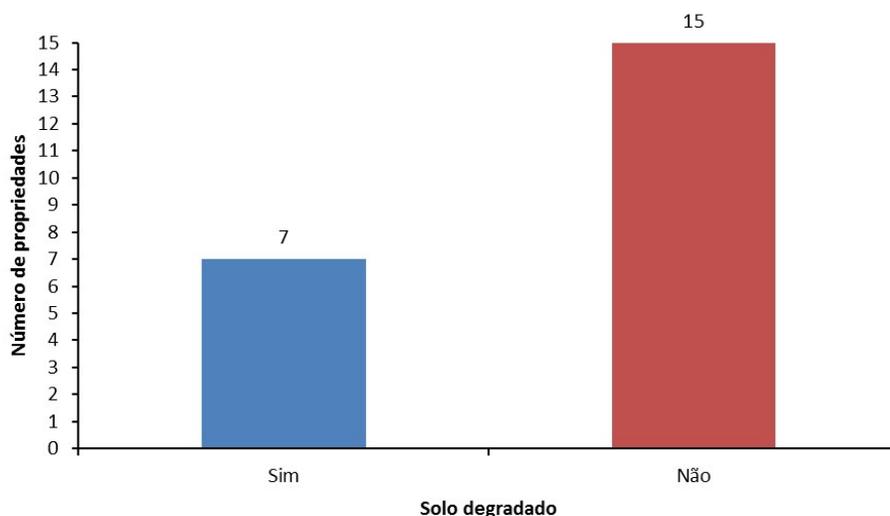
Fonte: Autor (2015)

As propriedades que são drenadas pelo rio Perdido são beneficiadas pela abundância e facilidade de acesso a água, sendo utilizada para criação de animais, na irrigação de plantações e lazer. Porém, seus respectivos proprietários são responsáveis em preservar as matas ciliares e evitar a contaminação e assoreamento dos cursos d'água.

Contudo, na pesquisa observou-se que os impactos ambientais relacionados com o assoreamento e degradação das matas ciliares são mais intensos quando considerado a legislação ambiental. Conforme a Lei n.º 12651 de 25 de maio de 2012, que trata sobre a proteção da vegetação nativa, a média da largura do Rio Perdido na faixa que margeia o Parque, medido entre a época seca e a época chuvosa, não ultrapassa 10 metros de largura, portanto as propriedades deveriam possuir faixas marginais com largura mínima de 30 metros. Entretanto, de acordo com a mesma lei, para áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008 é obrigatória a recomposição das faixas marginais em 5 (cinco) metros, e independentemente da largura do curso d'água para propriedades de até 1 módulo fiscal. Situação que corresponde às áreas que estão dentro dos limites do Parque Laranjeira.

Em relação às características do solo destinado à produção agrícola, 7 proprietários, dentre os 22, consideram que parte de suas áreas apresentam solos degradados, como pode ser observado na Figura 5.

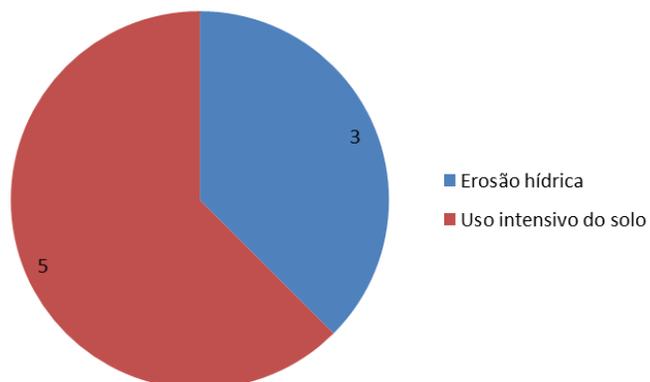
Figura 5 – Propriedades com solo degradado.



Fonte: Autor (2015).

Acerca das principais causas da degradação destacam-se o uso intensivo do solo sem utilização de técnicas de conservação e a falta de técnicas para controlar a erosão hídrica. Isso ocorre pela ausência efetiva de assistência técnica que deveria ser fornecida pelo poder público através de órgãos de extensão rural aos proprietários que realizam atividades agrícolas. É importante ressaltar que tal ausência contribui para o abandono de práticas agropecuárias em tais propriedades, pois sem o conhecimento de novas práticas para a conservação do solo e produção agrícola o produtor, muitas vezes, se vê sem saída com a baixa produtividade do solo. Fato esse que interfere na produtividade e conseqüentemente refletindo na renda familiar (FIGURA 6).

Figura 6 – Causas da degradação do solo.



Fonte: Autor (2015).

Para melhorar as condições de fertilidade do solo e contribuir com o processo produtivo, 19 proprietários da amostra realizada utilizam práticas de adubação, dentre estas, apenas 3 promovem adubação exclusivamente orgânica, as demais utilizam fertilizantes químicos combinados ou não com a adubação orgânica (TABELA 2).

Tabela 2 - Quantidade de propriedades que utilizam adubação no Parque Laranjeira.

Realiza adubação	
Sim	19
Não	3
Tipo de adubação utilizada	
Orgânica	3
Química	7
Orgânica e química	9

Fonte: Autor (2015)

No combate de pragas e plantas invasoras, 20 propriedades utilizam defensivos químicos e/ou alternativos. Dentre as propriedades analisadas, 17 utilizam agrotóxicos, enquanto apenas 3 realizam o combate de pragas e plantas invasoras com métodos tradicionais, como, capina, roçada e produtos caseiros para inibir a ação de insetos predadores (TABELA 3).

Tabela 3 – Quantidade de propriedades que realizam controle de pragas no Parque Laranjeira.

Combate as pragas	
Sim	20
Não	2
Tipo de controle	
Químico	14
Alternativo	3
Químico e alternativo	3

Fonte: Autor (2015).

Em relação ao destino das embalagens de agrotóxicos, 13 propriedades realizam a tríplice lavagem e destinam para central de recebimento municipal, como pode ser observado na Tabela 4. Dentre as 20 propriedades que fazem o uso de produtos químicos, 2 destas, ainda utilizam métodos como a queima para descarte das embalagens, e 5 reutilizam as embalagens na própria propriedade. Percebe-se que apesar das informações, vinculadas através dos meios de comunicações e organizações públicas e/ou privadas, direcionadas para o uso de práticas sustentáveis e o perigo para a saúde humana da reutilização das embalagens de agrotóxicos, ainda constatou que em 7 propriedades reutilizam essas embalagens de forma inadequada.

Tabela 4 – Forma e destinação das embalagens de agrotóxicos no Parque Laranjeira.

Realiza tríplice lavagem	
Sim	13
Não	7
Destino das embalagens	
Central de recebimento	13
Queima	2
Reutilizam	5

Fonte: Autor (2015).

No intuito de compreender a visão de preservação ambiental dos entrevistados do Parque Laranjeira, foram indagados sobre quais as práticas desenvolvidas no Parque que contribuem para a preservação ambiental. Os mesmos relataram que desenvolvem ações de: preservação da mata ciliar; coleta do lixo; reciclagem; não promove a caça a animais silvestres; evita queimadas; realiza compostagem; plantio de espécies arbóreas; construção de curvas de nível para evitar a erosão pluvial. Contudo, durante a pesquisa nas propriedades observou-se que as ações desenvolvidas pelos moradores não seguem um planejamento e organização prévia. Ocorre de forma individualizada e aleatória, pouco contribuindo, de forma eficiente, para preservação ambiental do Parque Laranjeira.

4.2 Caracterização Social do Parque Laranjeira

O perfil dos residentes no Parque Laranjeira, a partir da pesquisa realizada, pode se observar que, dentre os 22 entrevistados, 16 são homens e apenas 6 mulheres (TABELA 5), pois no momento da entrevista as mulheres presentes preferiam que o marido respondesse às questões, tal fato justifica que a maioria dos entrevistados fosse do gênero masculino. Destaca-se esta informação porque a desproporção na presença do gênero masculino não se reflete na estrutura da população do Parque Laranjeira.

Tabela 5 - Características gerais da amostra no Parque Laranjeira.

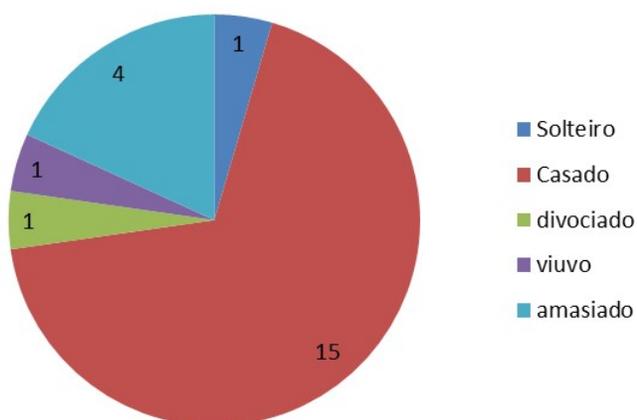
Características	Valor
Número de domicílios	22
Residentes por domicílio	3,45
Homens entrevistados	16
Mulheres entrevistadas	6

Fonte: Autor (2015).

De maneira geral, trata-se de famílias nucleares (o casal e um ou mais filhos), cuja média de residentes por domicílio é de 3,45 pessoas, valores semelhantes aos obtidos por Teixeira (2009) numa pesquisa realizada em Nova Friburgo - RJ. Somando os moradores das 22 propriedades entrevistadas o total do contingente populacional médio é de 76 pessoas.

O Parque Laranjeira segue o padrão de ocupação de áreas rurais das demais regiões do país, onde, aproximadamente 19 dentre os residentes são casados ou amasiados e apenas 1 é solteiro, como pode se observar na figura 7.

Figura 7 – Estados civil dos entrevistados.



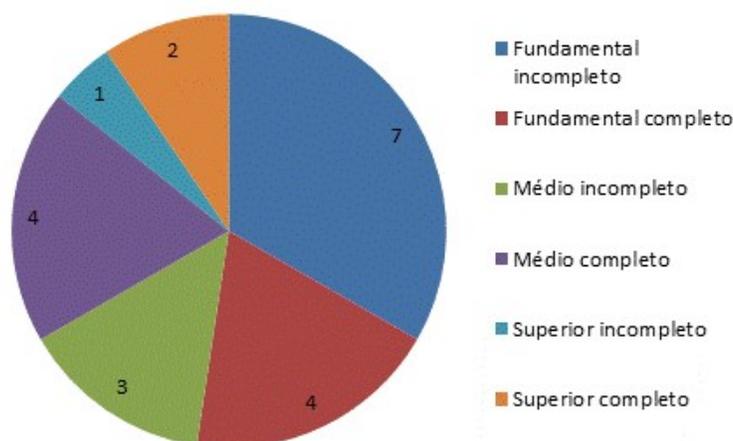
Fonte: Autor (2015)

A escolaridade dos entrevistados é considerada baixa, na Figura 8 pode se observar que 7 entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 4 possuem ensino fundamental completo, 1 possui ensino médio incompleto, 4 possuem ensino médio completo, 1 possui ensino superior incompleto e 2 possuem ensino superior completo.

Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados, os dados analisados coincidem com o padrão nacional, pois segundo FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO - 2013, apesar dos avanços na área da educação dos últimos anos, a população rural ainda apresenta média de anos de estudos inferior se comparado com a população urbana. A inexistência de um modelo educacional que contemple o conceito real de desenvolvimento é o principal empecilho para que haja acúmulo de

capital social no meio rural brasileiro (ABRAMOVAY et al., 1998). Portanto, como são baixos os indicadores educacionais rurais no Brasil, há uma tendência das pessoas com baixo grau de escolaridade permanecerem nas áreas rurais em decorrência das dificuldades encontradas para serem inseridas no mercado de trabalho na área urbana (FURTADO, 2013).

Figura 8 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Autor (2015).

As informações que permitem aproximar ao conhecimento da qualidade de vida dizem respeito aos recursos disponíveis nas propriedades. Em relação às condições de moradia, apenas 1 dentre os 22 residentes que compõe a amostra habita casa de alvenaria, visto que, construções de madeira ainda são predominantes no Parque Laranjeira, consequência da apropriação do recurso natural abundante na época da ocupação, representando 16 das habitações (TABELA 6). Os domicílios possuem acesso a rede elétrica, entretanto, não dispõem de saneamento básico. A fonte da água utilizada pelos moradores é proveniente de poços comuns (17), poços artesianos (2) e nascentes (3). Em 17 propriedades a água é filtrada enquanto em 5 propriedades a água é consumida in natura. Como no Parque Laranjeira não possui rede de esgoto, o destino da água utilizada nos trabalhos domésticos e na higiene pessoal destina-se às fossas comuns.

O lixo produzido pelos moradores possui destinos diferenciados, conforme mostra a Tabela 6, em 11 propriedades é realizado compostagem do lixo orgânico, contudo percebe-se que em 21 propriedades ainda utilizam a técnica de enterrar

e/ou queimar os resíduos sólidos. Apenas em 4 propriedades pratica-se a reciclagem de alguns dejetos e 4 transportam o lixo para a zona urbana, onde também não é realizada a coleta seletiva do lixo.

Tabela 6 – Condição domiciliar do Parque Laranjeira.

Tipo de habitação	Alvenaria	1
	Madeira	16
	Mista (alvenaria e madeira)	5
Fonte de água da casa	Poço de alvenaria	17
	Poço artesiano	2
	Nascente protegida	3
Água para consumo	Filtrada	17
	In natura	5
Destino do lixo	Compostagem	11
	Enterra	6
	Queima	17
	Recicla	4
	Leva para lixos urbanos	4

Fonte: Autor (2015).

De acordo com os dados analisados, percebe-se que a condição do saneamento básico do Parque Laranjeira está aquém dos padrões de boa qualidade, ficando distante dos parâmetros analisados nos estudos que tratam sobre a sustentabilidade. Segundo os dados do IBGE (2011), no ano de 2009 apenas 25% da população rural do país têm acesso à rede de coleta ou ao tratamento de esgoto.

A realidade do Parque Laranjeira lembra as contribuições de Teixeira (2011) acerca da avaliação do panorama do saneamento rural no Brasil. Este trabalho mostra que 22% da população rural não possui nenhum tipo de sistema de coleta de esgoto e 54% adota soluções inadequadas para o esgotamento sanitário, como fossas rudimentares, valas, despejo do esgoto não tratado nos rios, lagos, mares.

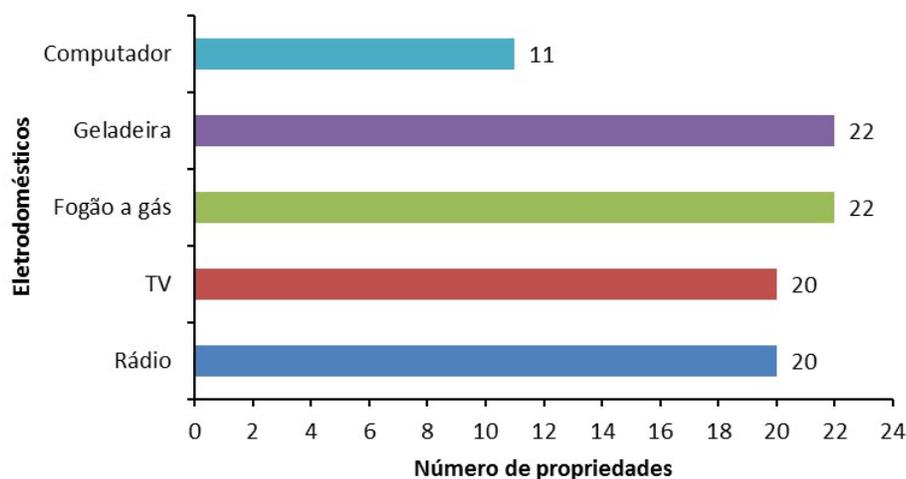
Rizi (2014), em sua análise do saneamento básico na área rural, afirma que este é um instrumento de preservação da qualidade da vida e do ambiente, sua ausência ocasiona poluição ambiental, degradação da qualidade dos recursos hídricos, afetando diretamente a população. Para Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (2010), a ausência de saneamento em muitos municípios brasileiros ocorre devido à falta de planejamento governamental efetivo, carência que provoca graves

problemas de contaminação do ar, do solo, das águas superficiais e subterrâneas, de criação de focos de contaminação de doenças de veiculação hídrica e de vetores de transmissão de doenças com sérios impactos na saúde pública.

No que diz respeito aos serviços básicos, observou-se que relativo à saúde, todos os moradores do Parque contemplados nesta pesquisa possuem acesso a rede pública de saúde. Contudo, não dispõem de transporte público. Quando precisam se deslocar para área urbana, os moradores residentes no Parque têm que utilizar transporte particular.

Durante as entrevistas percebeu-se que os moradores do Parque Laranjeira vivenciam as transformações sociais e econômicas que vem ocorrendo nas últimas décadas. De acordo com os respectivos poder de compra, passaram a adotar novos padrões de comportamento e consumo, através da utilização de bens e serviços que antes eram utilizados somente nos centros urbanos. Isso ocorre devido ao processo de modernização promovido pelo desempenho econômico e social da população brasileira nos últimos anos, que também atingiu a zona rural, desencadeando uma homogeneização na utilização de bens e serviços entre a população que reside na zona rural e a população residente nos centros urbanos, atenuando as diferenças nos padrões de vida entre rural/urbano (WANDERLEY, 2009).

Figura 9 – Eletrodomésticos básicos presentes nas moradias do Parque Laranjeira.



Fonte: Autor (2015).

Conforme pode ser observado na Figura 9, mais de 50% das propriedades possuem eletrodomésticos básicos como, geladeira (22), fogão a gás (22), televisão (20), rádio (20) e computador com acesso a internet (12). Segundo os entrevistados a importância da televisão e do computador é que além de servirem como entretenimento esses equipamentos também são utilizados como fonte de informações a respeito da produção agropecuária e atividades econômicas desenvolvidas em outras propriedades rurais.

As mudanças ocorridas no espaço rural se manifestam também na natureza das relações sociais. O espaço rural deixa de ser associado essencialmente à produção agropecuária. Agora compreende espaços de sociabilidade distintos, no sentido de que são diversas as formas de interação econômica e social entre os atores sociais. Na atualidade, devido ao processo de modernização, o rural convive com a diversidade econômica, social e cultural, destacado nas relações sociais existentes que se desenvolvem em consequência da relação mútua entre as populações rurais e as às urbanas (MEJIA, 2004).

Durante a pesquisa pode-se perceber que os moradores demonstram estar informados sobre os acontecimentos recentes internacionais, nacionais e regionais através dos meios de comunicação disponíveis. Pois, 12 entrevistados têm acesso à internet, 3 leem jornal com frequência e 14 entrevistados assistem jornais televisivos locais e nacionais, conforme dados expressos na Tabela 7.

Tabela 7– Acesso à informação dos moradores no Parque Laranjeira.

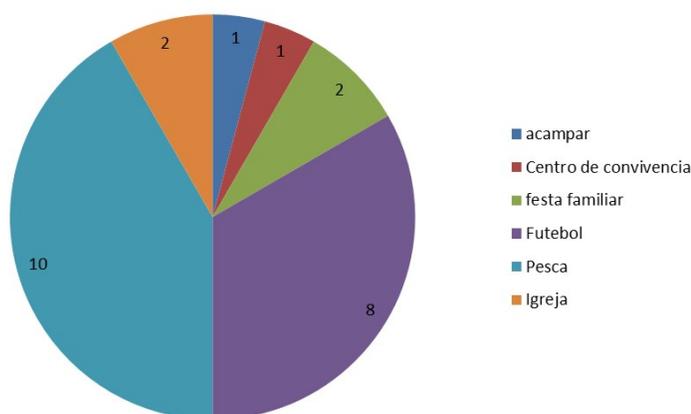
Participa de associação	Sim	15
	Não	7
Acesso à internet	Sim	12
	Não	10
Lê Jornal com frequência	Sim	3
	Não	19
Assistem jornal	Sim	14
	Não	8

Fonte: Autor (2015).

O quesito qualidade de vida foi abordado a partir da análise dos discursos nas entrevistas e conversas informais, bem como na observação do modo de vida

no universo estudado. Constatou-se que para os moradores do Parque Laranjeira, a qualidade de vida está relacionada com a tranquilidade que vivenciam na área rural. Segundo eles, a tranquilidade proporcionada pelo contato com a natureza, a boa qualidade das relações de vizinhança e o amplo espaço para a prática do cultivo e criação de animais para subsistência é o principal fator de bem-estar. Estas colocações vão ao encontro da pesquisa desenvolvida por Barrozo et al., (2010) em um assentamento rural no estado do Ceará, o qual verificou que a qualidade de vida da pessoa que vive na zona rural tem que ser analisada pela particularidade de seu meio, seu contato com a natureza, suas relações pessoais e o trabalho com a agricultura.

Figura 10 – Atividade de lazer praticada no Parque Laranjeira.



Fonte: Autor (2015).

Em relação às atividades de lazer apresentadas na Figura 10, é possível notar que a pesca e o futebol (praticado principalmente por homens e crianças) são as principais ações praticadas pelos moradores do Parque Laranjeira. Em seguida estão as festas familiares e religiosas, acampamentos e participação em associações. Um exemplo de associação é a Associação dos Feirantes Municipais e Centro de Convivência dos Idosos, nessas respectivas reuniões os moradores intensificam as relações sociais com as pessoas que não residem no Parque Laranjeira.

A falta da diversificação de atividades de lazer na zona rural é um dos motivos que contribuem para o êxodo rural, principalmente entre a população mais

jovem. Pois as atividades de lazer na zona rural resumem-se ao futebol, pesca e encontro com amigos e familiares. Contudo a proximidade com o centro urbano pode expandir o circuito de sociabilidade e opções de lazer (CARNEIRO, 2008).

4.3 Aspectos Econômicos do Parque Laranjeira

A renda familiar obtida pelos proprietários do Parque Laranjeira é oriunda de atividades agropecuária e/ou de atividades não agrícolas. Somente em duas propriedades do Parque seus moradores têm como única fonte de renda a produção agropecuária. Nas demais, 9 são pluriativas (atividade agrícola e não agrícola). Entendendo por pluriatividade, como foi definido anteriormente, a ação conjunta de atividades agrícolas e não agrícolas realizadas de maneira paralelas entre os indivíduos que compõem uma unidade familiar residente na zona rural (SCHNEIDER, 2007). O restante, 11, obtém seu sustento exclusivamente de rendas não agrícola.

Graziano e Grossi (2000), analisando a evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil no período entre 1992 a 1997 verificaram que há uma significativa redução de pessoas que residem no meio rural e com ocupação profissional exclusivamente na agropecuária. Este cenário remete as ponderações de Michellon e Gimenes (2006) acerca do novo rural brasileiro, onde o campo, que até então era visto somente como um local de produção agropecuária e espaço de vida, passou a ser focalizado como fonte de utilização para novas atividades produtivas e diversos modo de vida. As considerações realizadas por estes dois trabalhos citados podem ser observadas na presente pesquisa. Neste universo empírico, com o decorrer do tempo, em 9 propriedades do Parque Laranjeira, os moradores residentes deixou de exercer apenas atividades relacionadas à agropecuária e diversificaram sua forma de receita. Sendo assim, 9 propriedades são composta por famílias consideradas pluriativas.

Ainda de acordo com Graziano e Grossi (2000), a falta de condições para trabalhar com a agropecuária, é um dos principais fatores que levam os trabalhadores brasileiros do meio rural a buscarem novas formas de trabalho. Durante a presente pesquisa foi possível observar que propriedades que obtém sua renda tanto em atividades agrícolas como em atividades não agrícolas são cada vez mais presentes no novo rural brasileiro. Fenômeno corroborado em diversos textos

da literatura sobre o tema, como em Graziano e Grossi, (2000), Michellon e Gimenes (2006), Teixeira (2009) e Martins et al. (2011).

Na avaliação do papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS, Godoy (2013) verificou que existe a combinação de atividades não-agrícolas e agrícolas. Nesse contexto, representa uma estratégia importante utilizada pelas famílias rurais para enfrentar os obstáculos do mercado agropecuário atual. Mostra também que a pluriatividade permite o incremento da renda e da qualidade de vida. Pois, através dela os agricultores familiares conseguem maior estabilidade econômica nas propriedades rurais.

Silva (2013), no estudo a pluriatividade na agricultura familiar tradicional do estado de Mato Grosso afirma que a pluriatividade contribuiu para a melhoria da renda dos produtores e a permanência dos membros da família no campo. Visto que a pluriatividade vai ao encontro do melhoramento da renda familiar e ampliam as condições de vida das famílias nas comunidades rurais.

A combinação observada por Godoy (2013) no Rio Grande do Sul e Silva (2013) em Mato Grosso, pode ser também verificada no presente estudo. As famílias pluriativas apresentam a maior média salarial entre os três tipos de renda avaliada (a pluriativa, a exclusivamente agropecuária e a exclusivamente não agrícola), como indicam os dados numéricos da Tabela 8.

Tabela 8 – Tipo de renda das famílias residentes no Parque Laranjeira.

Renda familiar	Renda Pluriativa	Renda exclusivamente agropecuária	Renda exclusivamente não agrícola
Até 1 salário	1	1	3
De 1 a 2 salários	3	1	4
De 2 a 3 salários	1	-	2
De 3 a 4 salários	2	-	1
De 4 a 10 salários	2	-	1
Renda média	3,27 salários	1,25 salários	2,22 salários

Fonte: Autor (2015).

A composição da renda das famílias residentes no Parque observa-se nas Tabelas 8 e 9. As informações revelam que, dos 22 proprietários entrevistados, cinco possuem renda familiar abaixo de um salário mínimo, enquanto que, apenas

três propriedades apresentam renda entre 4 a 10 salários mínimos. Em 12 propriedades possuem de 1 a 3 pessoas residindo na propriedade, destas, 9 famílias possuem renda familiar até dois salários mínimos. A partir da Tabela 10 é possível inferir que as famílias menores possuem maior quantidade de renda. Apenas uma propriedade possui mais que 6 domiciliados, apresentando uma renda mensal entre 1 a 2 salários mínimos.

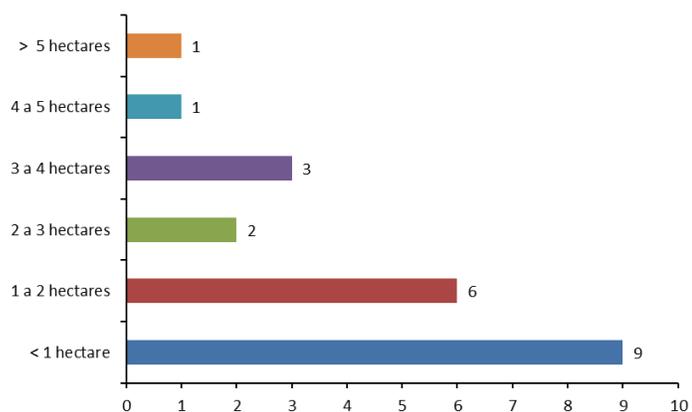
Tabela 9 – Composição da renda de acordo com a quantidade de domiciliados.

Renda familiar	Nº de pessoas que residem na propriedade		
	1 a 3	4 a 6	Acima de 6
Até 1 salário	4	1	-
De 1 a 2 salários	5	2	1
De 2 a 3 salários	-	3	-
De 3 a 4 salários	2	1	-
De 5 a 10 salários	1	2	-

Fonte: Autor (2015).

Em relação aos tamanhos das propriedades, o Parque Laranjeira é composto predominantemente por pequenas propriedades rurais (FIGURA 11), visto que, o código florestal brasileiro estabelece que pequena propriedade ou posse rural familiar é aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, não ultrapassando quatro módulos fiscais (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Figura 11 – Tamanho da área das propriedades do Parque Laranjeira.



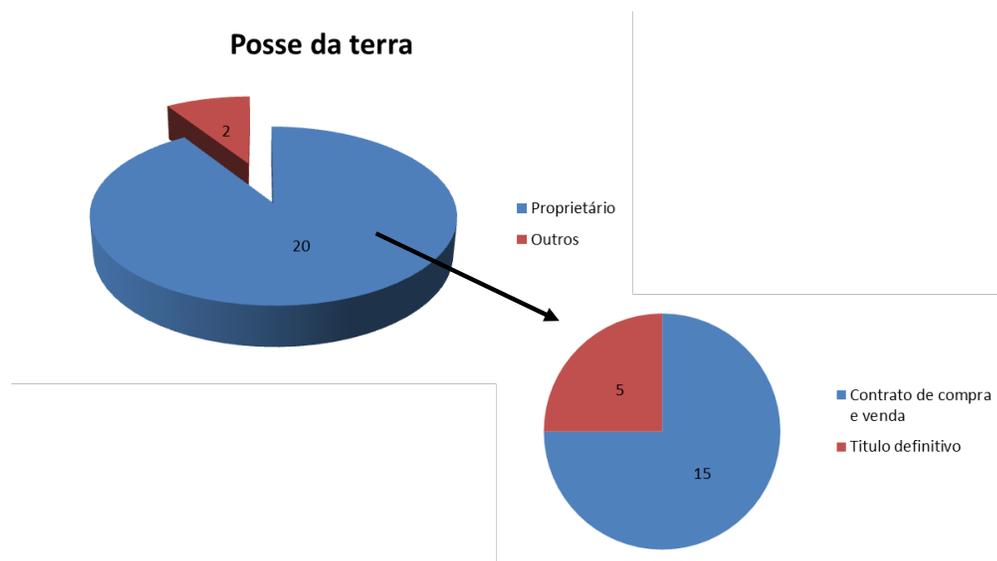
Fonte: Autor (2015).

O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado através de Instruções Especiais (IE) expedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Desta maneira, considerando as atividades desenvolvidas dentro do município de Juína, o INCRA estabeleceu o tamanho do módulo fiscal igual a 100 hectares, portanto, propriedades até 400 hectares são consideradas pequenas propriedades.

Portanto, a pequena extensão territorial das propriedades do Parque Laranjeira interfere na organização do espaço produtivo, pois não há espaço suficiente para desenvolver agricultura e pecuária extensiva, ficando limitada a prática de hortifrutigranjeiros que necessitam de menor espaço. Além disso, quando as atividades agropecuárias desenvolvidas nas propriedades não conseguem ocupar toda mão de obra familiar, acabam disponibilizando membros da família para desenvolver atividades não agrícolas dentro ou fora das propriedades rurais.

Quanto à questão fundiária, o Parque Laranjeira apresenta problemas. Observa-se diferença na posse da terra, 20 entrevistados são proprietários dos lotes, contudo desses 20 apenas 5 possuem o Título Definitivo da Terra, os demais (15) possuem apenas Contrato de Compra e Venda. O gráfico da figura 12 permite ilustrar a situação.

Figura 12 – Posse da terra no Parque Laranjeira.



Essa situação é resultado do processo de venda dos lotes realizado pela COOPERJUINA, pois alguns compradores não se preocuparam em realizar a devida escritura dos seus respectivos lotes e com a falência da cooperativa, os lotes ficaram como fiança no Banco do Brasil S/A. Devido a isso, a maioria dos proprietários não consegue se beneficiar dos financiamentos rurais disponíveis nas instituições financeiras. Pois não possuem os documentos necessários e nem podem transferir os lotes para os eventuais compradores. Essa situação só será resolvida quando a COOPERJUINA quitar sua dívida com o Banco do BRASIL S/A para que os proprietários possam requerer o Título Definitivo de seus respectivos lotes.

Das 22 propriedades que compõe a amostra do Parque Laranjeira 9 possuem área inferior a 1 hectare (10000 m²), influenciando no tipo de produção, como já citado, áreas com essa extensão territorial não são propícias a sistemas de produção extensiva. Pode se observar na Tabela 10, que apenas 6 propriedades utilizam mais de 90% da área para produção, enquanto que 4 propriedades utilizam menos de 10% de sua área para produção, sendo que o restante da propriedade não possui nenhum fim produtivo, portanto não gera renda.

Tabela 10 – Área da propriedade destinada para produção.

Área da propriedade destinada para produção	
< 10%	4
10 a 20%	4
20 a 50%	3
50 a 70%	3
70 a 90%	2
> 90%	6

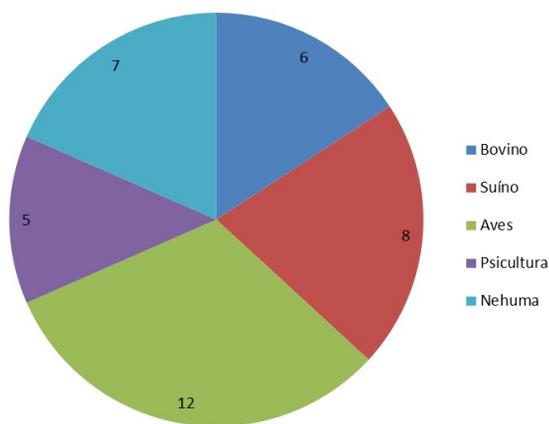
Fonte: Autor (2015).

É importante ressaltar que da pesquisa realizada, 11 propriedades são exclusivamente não agrícolas, os quais não comercializam produtos dessa natureza, contudo, tais propriedades possuem parte de sua área destinada a produção de autossustentabilidade. Dentre os principais produtos destinados ao autoconsumo, destaca-se a produção de hortifrutigranjeiros. Dessas 11 propriedades exclusivamente não agrícolas, 8 proprietários são procedentes da região sul do Brasil apresentando o mesmo nível de escolaridade e renda das propriedades pluriativas e das propriedades exclusivamente agrícola, demonstrando que a opção

por desenvolver atividades não agrícolas não está vinculado com procedência dos moradores e nem com a obtenção de maior renda familiar. A renda familiar das respectivas famílias são obtidas através de aposentadoria (4) e trabalho assalariado na área urbana (7). Em relação à permanência de residência na área rural está relacionado com a tradição familiar e a tranquilidade da vida no campo.

Devido à pequena extensão territorial das propriedades, percebe-se uma diversificação em relação aos tipos de criação e cultivo praticados no Parque Laranjeira, fato representado nas Figuras 13 e 14. Essa diversificação gera multiprodutos favorecendo no comércio e geração de renda, pois não se fica limitado apenas à venda de um produto. Referente à diversificação, Martins et al. (2011) em um estudo comparativo em duas pequenas propriedades sobre a rentabilidade na diversificação de atividades rurais, verificou que a propriedade que diversifica esta menos sujeita a passar dificuldades financeiras durante alguma crise econômica e/ou catástrofe natural, o que pode comprometer a produção.

Figura 13 – Tipos de criação praticada nas propriedades do Parque Laranjeira.



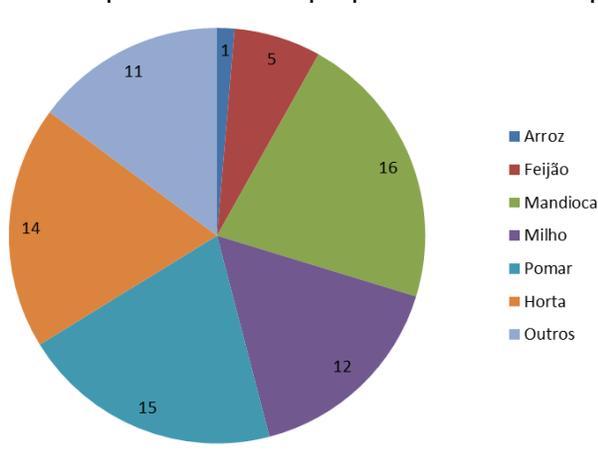
Fonte: Autor (2015).

Dentre os principais tipos de criação destaca-se a avicultura e a suinocultura. A baixa expressividade da bovinocultura se deve ao fato do tamanho das propriedades, sendo destinada primordialmente a atividade leiteira para consumo e fabricação de derivados do leite (queijo, manteiga, requeijão, etc). A produção de leite é uma importante fonte de renda mensal para o pequeno produtor

rural, além de ser uma atividade lucrativa gera emprego, promove o desenvolvimento regional e pode ser desenvolvida aproveitando as plantações realizadas na propriedade, que podem ser utilizada como alimento para os animais (OLIVEIRA & SILVA, 2012).

Em relação aos tipos de cultivos praticados, predomina o plantio de mandioca (16), frutas (15) e hortaliças (14), que representa aproximadamente 60% da produção. Pode-se observar que menos de 10% da produção é composta pelo plantio de arroz (1) e feijão (5), que são os alimentos básicos do prato diário dos brasileiros. Segundo os entrevistados, este fato justifica-se pela pequena extensão territorial, a baixa qualidade do solo e pouco recurso financeiro para investimentos na utilização de insumos agrícolas necessários para elevar a produção dos respectivos produtos.

Figura 14 – Tipos de culturas praticadas nas propriedades do Parque Laranjeira.



Fonte: Autor (2015)

De acordo com Crepaldi (2011) a prática da agricultura apresenta desvantagens para os pequenos agricultores. Estes atores sociais são vulneráveis às alterações climáticas que interferem na produtividade, à queda nos preços dos produtos no período da safra e nos altos investimentos em equipamentos agrícolas, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas necessários para produção agrícola.

Teixeira (2009), pesquisando sobre a pluriatividade entre agricultores no meio rural fluminense, também identificou que os principais problemas enfrentados pelos agricultores (mono ou pluriativos) para a prática agrícola são os elevados

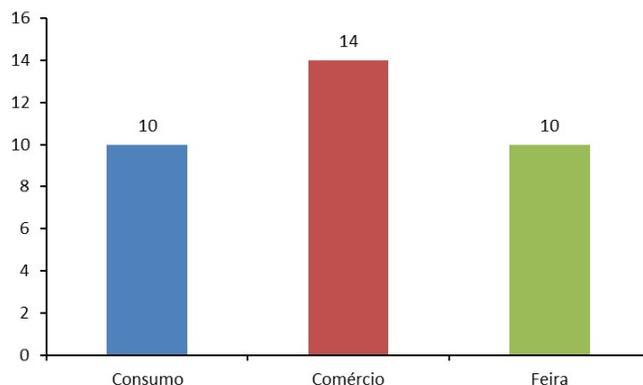
custos dos insumos e agrotóxicos, o baixo valor dos seus produtos, a logística desfavorável para comercialização, as alterações climáticas e a fiscalização dos órgãos ambientais.

Para auxiliar o agricultor nas despesas da produção, aproximadamente 22% dos entrevistados são beneficiários de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Quando os demais entrevistados foram questionados sobre o porquê não utilizam créditos rurais, os principais motivos destacados foram à falta da documentação exigida pelas agências de financiamento, como título definitivo da terra e licenças ambientais, e pela falta conhecimento sobre as linhas de crédito.

Acerca das vantagens do acesso ao crédito rural para as unidades produtivas agropecuárias do estado de São Paulo, Eusébio (2012) salienta que o crédito rural possibilita condições econômicas para que agricultores façam investimentos necessários na propriedade rural, promovendo a inserção do agricultor no mercado do agronegócio e desenvolvimento econômico e social. Contudo, o estudo mostra que as propriedades rurais de pequena extensão territorial, sem escrituras definitivas da propriedade, onde o proprietário apresenta baixo nível de escolaridade e não participa de associações e/ou cooperativas são os que mais encontram dificuldades para conseguir créditos rurais.

A produção realizada no Parque Laranjeira tem como objetivo atender as necessidades dos proprietários bem como abastecer o comércio local através dos mercados e da Feira Municipal.

Figura 15 – Destinação da produção do Parque Laranjeira.

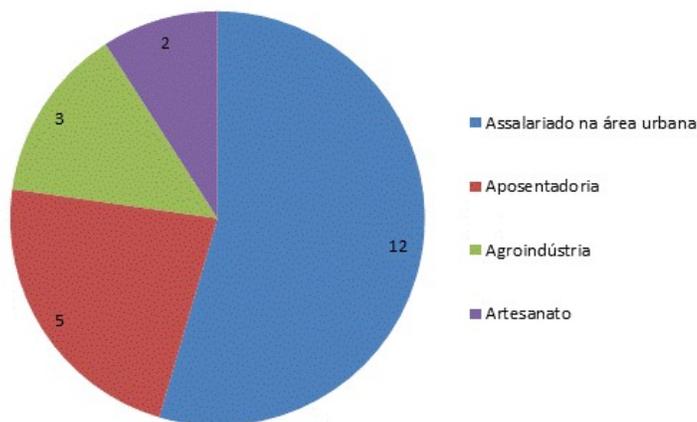


Fonte: Autor (2015).

Pode-se perceber na Figura 15 que a produção é comercializada na Feira Municipal (10) e mercados locais (14), totalizando 70,59% da produção, e em 10 propriedades produz para o autoconsumo compreendendo 29,41% da produção dos proprietários residentes no Parque Laranjeira. Cenário que corrobora a afirmação de Gutberlet (apud Silva, 2008), de que a produção das pequenas propriedades agrícolas é destinada à autossustentabilidade familiar e o excedente é destinado às feiras e comércios locais.

Dentre as ocupações não-agrícolas realizadas pelos moradores do Parque Laranjeira, destacam-se trabalhos relacionados a serviços domésticos em geral, em lojas e/ou mercados, na construção civil, na educação pública entre outros. Esse fato ocorre devido à proximidade do Parque Laranjeira da área urbana, onde muitos trabalham na cidade ou são beneficiários da previdência social e ainda residem na zona rural devido aos laços familiares tradicionais.

Figura 16 – Principais fontes de receita não agrícola dos moradores do Parque Laranjeira.



Fonte: Autor (2015).

Em relação à renda obtida com a agroindústria e o artesanato, trabalho esse realizado principalmente pelas mulheres, as respectivas matérias-primas para produção são obtidas com terceiros, fora da propriedade. Dentre os principais produtos gerados pela agroindústria destaca-se as polpas de frutas de maracujá, acerola, cupuaçu, entre outras e derivados do leite. No artesanato evidenciou-se a confecção de utilidades domésticas, como tapetes e trabalhos de crochê.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve como objetivo geral analisar a importância da pluriatividade na promoção de condições para sustentabilidade econômica, social e ambiental no Parque Laranjeira em Juína/MT, localizado no município de Juína/MT. Sitiado sobre o Planalto e Chapadas dos Parecís, coberto inicialmente pela floresta de transição entre o bioma Amazônia e o Cerrado, com clima Equatorial quente e úmido. Foi “palco” da política de ocupação e colonização típica dos anos 70 do governo federal, com imigrantes oriundos principalmente de outros estados da federação, que tinha como objetivo expandir a fronteira agrícola brasileira.

Contudo, deve-se ressaltar que durante o processo de ocupação do Parque Laranjeira não foi colocada em prática nenhuma política que incentivasse o desenvolvimento sustentável, o que ocasionou consequências negativas, como, desmatamento de grandes áreas sem a preservação das matas ciliares, assoreamento de cursos d’água, queimadas sucessivas que geraram a degradação do solo e a redução da biodiversidade.

O Parque Laranjeira é composto por 84 propriedades, administradas por 25 proprietários, os quais tinham como objetivo inicial produzir hortifrutigranjeiros que seriam destinados, uma parte à comercialização no mercado local urbano e outra para a autossustentância. Contudo, devido à prática contínua da agricultura tradicional desenvolvida sem a utilização de equipamentos modernos e a falta de assistência técnica acarretou no esgotamento da fertilidade do solo, ocasionando queda na produção agrícola e conseqüentemente redução na renda familiar.

Sendo assim, para amenizar a dificuldade financeira agregando divisas na renda familiar e continuar residindo no parque laranjeira com seus respectivos modos de vida, os proprietários começaram a diversificar sua produção e/ou fontes de renda tornando-se famílias pluriativas. No estudo realizado observou que das famílias residentes no Parque Laranjeira, 9 podem ser consideradas pluriativas, com média salarial superior às demais famílias não pluriativas. Realidade que corrobora

as teorias difundidas por Sacco Dos Anjos (2003) e Schneider (2007). Pois, nessas famílias a renda familiar é obtida na combinação das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelos integrantes da unidade familiar, demonstrando que a pluriatividade permite o incremento da renda e da qualidade de vida. Através dela os agricultores familiares conseguem maior estabilidade econômica e permanência de seus membros no convívio familiar dentro das propriedades rurais.

Assim, a diversificação de atividades e/ou fontes de renda agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas na área rural é uma alternativa encontrada pelos pequenos proprietários rurais de superarem as dificuldades provocadas pelas mudanças na estrutura econômica, social e ambiental que vem ocorrendo nos últimos anos, não apenas no Parque Laranjeira, mas em diversos espaços rurais brasileiros.

No decorrer do estudo percebeu-se que os moradores do Parque Laranjeira, de modo geral, tiveram acesso aos bens e serviços promovidos pela modernização do campo no Brasil nas últimas décadas, seguindo assim o padrão de ocupação das áreas rurais das outras regiões do país. Em termos de serviços públicos, no Parque Laranjeira, a população tem acesso ao sistema único de saúde e à energia elétrica, porém, não possuem acesso a rede de água, esgoto e transporte público. Estas carências são contornadas de maneira individual em cada unidade familiar.

Quanto ao modo de vida, aproximadamente 17 dos residentes do Parque são casados ou amasiados, isto é, a base da organização social é a família. O grau de escolaridade dos donos das propriedades é considerado baixo. Isso influencia na dificuldade de mobilidade social desta população, enquanto que, a falta de capital educativo os coloca numa posição de inferioridade em relação a aqueles setores sociais que detém o poder político e econômico favorecidos pelos conhecimentos. Fenômeno que, segundo Castells (1999), ocorre numa sociedade onde o conhecimento é um delimitador de fronteiras sociais.

A sustentabilidade é um conceito complexo em vista da diversidade de perspectivas teóricas que envolve. Ao mesmo tempo, um olhar a partir do universo empírico estudado, percebe-se que os proprietários de área de terra do Parque Laranjeira quando indagados sobre suas condições de vida e trabalho consideram que levam uma vida sustentável, apesar das dificuldades no âmbito econômico, social e ambiental que enfrentam. Contudo, a proximidade com o centro urbano do município de Juina/MT lhes permite complementar a renda e usufruir dos serviços da cidade, acesso aos bens que não dispõem no Parque. Desde modo, viver no Parque

lhes possibilita desfrutar da qualidade de vida que oferece o meio rural. Isto é, produzir alimentos para consumo próprio, uma prática comum nesse contexto é a criação de animais e o cultivo de produtos hortigranjeiros. Além dos benefícios derivados de estar em contato com a natureza, e da distância da vida conturbada e insegura da área urbana (MEJIA, 2004).

Todavia, baseado na literatura acadêmica consultada no presente estudo, percebeu-se que para o Parque Laranjeira ser uma área produtiva e ao mesmo tempo sustentável é necessário investimentos governamentais na área de saneamento básico, no acesso a saúde, melhoria na qualidade da educação e em políticas públicas que incentivem a prática de atividades que preconizam a sustentabilidade. Principalmente com intervenção dos órgãos públicos competentes em assistência técnica e políticas voltadas para fomentar a agricultura familiar, para que os pequenos produtores tenham condições de reorganizarem suas propriedades, tornando-as mais eficientes e seus produtos mais competitivos no mercado.

Caso contrário, a continuidade do desenvolvimento de atividades agropecuárias entre os moradores do Parque Laranjeira pode estar comprometida, pois como já mencionado anteriormente, a sua proximidade com centro urbano poderá tornar este espaço em alvo da especulação imobiliária e transformá-lo apenas em área de recreio e residência para população. Situação que se começa a vislumbrar, no universo empírico estudado, constatando que 11 proprietários de terra do Parque Laranjeira do Município de Juina/MT obtêm sua renda familiar exclusivamente de atividades não agrícolas.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 101 p., 1998.

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: _____. **Reconstruindo a agricultura: Ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009. p. 33-58.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4^a Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf>. Acesso em 13 de Nov. de 2015.

BARCELLOS, C. Problemas emergentes de saúde coletiva e a revalorização do espaço geográfico. In: MIRANDA, A. C. et al.(Orgs.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 43-55.

BARROZO, L. C. R.; SALES LIMA, P. V. P.; KHAN, A. S.; BARQUETE, P. R. F. **Projeto de assentamento e qualidade de vida dos produtores rurais: O Caso do Assentamento Santa Bárbara II no Ceará**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBER, 48, Campo Grande, p.1-21, 25-28 jul. 2010.

BORILLI, S et al. A pluriatividade e a viabilização da pequena propriedade: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo – PR. In: **XLIV p. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2006. p. 6 Fortaleza.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento / Fundação Nacional de Saúde**. - 2^a ed. revisada e ampliada - Brasília: Funasa, 2010.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida

Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula; 5ª edição revisada. São Paulo, 2003: Editora 34. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRÜGGEMANN, O. M.; PARPINELLI, M. A. Utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa na produção do conhecimento. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. vol.42 no. 3. São Paulo. Set. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000300021>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8860/4986>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CAMPELO, JR. J. H.; CASEIRO, F. T.; FILHO, N. P.; BELLO, G. A. C.; MAITELLI, G. T.; ZANPARONI, C. A. G. P. **Caracterização macroclimática de Cuiabá**. In. Encontro nacional de estudos sobre o meio ambiente, 7, Anais. Londrina, v.1. 1991.

CAMPOS, R. O. **Percepção ambiental dos moradores no entorno do rio Perdido**: análise amostral. 2009. 41f. Monografia. Licenciatura em Geografia. Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena. Juína/MT, 2009.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro P. M. (orgs). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 243-261.

_____. CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCNEIDER, S. (Coord.). **A diversidade da agricultura familiar**. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.167-187.

CARVALHO, C. R. R. **A nova economia institucional e a relação contratual na cadeia agroindustrial do tomate no estado de Goiás**: aspectos econômicos e ambientais. 2008. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista Nera** – ano 9, n. 8 – janeiro/junho de 2006 – ISSN 1806-6755. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Cavalcante.PDF>>. Acesso em: 15 de jan. 2016.

CHEMIN, B. F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação** / Beatris Francisca Chemin. - 3. ed. -- Lajeado: Ed. da Univates, 2015. 315 p.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 386 p.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ENSSLIN, L.; VIANNA, W. B. O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção: questões epistemológicas. **Revista Produção [on line]**. ISSN 1676 - 1901 / Vol. 8/ Num. 1/ março de 2008. p.1-16. Disponível em: <<http://producaoonline.org.br/rpo/article/viewFile/28/25>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

EUSÉBIO, Gabriela dos Santos; JR, Rudinei Toneto. **Uma Análise do Acesso ao Crédito Rural para as Unidades Produtivas Agropecuárias do Estado de São Paulo: um estudo a partir do lupa**. Planejamento e Políticas Públicas. n.º 38. 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/178/247>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta**/ Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. 95p. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacaobrasileiraindicadoresedesafios.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. 2016.

FURTADO, E.D. P. **Estudo sobre a população rural no Brasil**. In: FAO/UNESCO/DGCS-Itália/CIDE-REDUC. (Org.). Educación para la población rural en Brasil, Chile, Colômbia, Honduras, México Paraguay y Perú. Santiago: FAO, 2004, v. 1, p. 45-93.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira** - 2008.347 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia: Presidente Prudente, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, nº 3. p. 20-29, maio/jun. 1995 Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S003475901995000300004.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2012.

GODOY, C. M. T.; WIZNIEWSKY, J. G. O papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS. **Desafio Online**, v. 1, n. 3, p.

1-16, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17616>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisa**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8.^a Ed. Rio de Janeiro. Record, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas. Unicamp, 1999.

GRAZIANO, S, J; GROSSI, M. E. D. **Evolução da Renda nas Famílias Agrícolas**. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.(Org.). **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional**. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, v. 1, p. 79-100.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Cidades@Mato grosso**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=510515>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Atlas de Saneamento 2011**. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096_cap7.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2015.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IORIS, L. **Juiná**: a rainha da floresta. São Paulo: All Print Editora, 2009.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Saude soc**. São Paulo, vol. 8 n. 1, p.31-48, jan/fev. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100004>. Acesso em: 09 set. 2012.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: Sergio Schneider. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre:UFRGS Editora, 2009, p. 245-272.

KLUTHCOVSKY, A.C. G. C; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida: aspectos conceituais. **Revista Salus**. Guarapuava-PR, p.13-15, jan./jun. 2007; Disponível em:<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/12.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2012.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, A. M. B; CASALINHO, H. D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista Nera**. issn: 1806-6755. ano 13, nº. 17, p 1-16. julho/dezembro de 2010. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/17/9_machado_e_casalinho.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, A.C. L.; FERREIRA, M. B.; DELCONTE, J. L. **RENTABILIDADE NA DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES RURAIS**: estudo comparativo em duas pequenas propriedades. II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas da FECILCAM. ISSN 2175 -005X. Campo Mourão, 2011.

MENDES, M. C.; **Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo - SP: Editora do Brasil, 2009

MICHELLON, E.; GIMENES, T. I. **O novo rural**: Teoria e estudo de caso. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. CONSTANTINO, P., Santos NC. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER, organizadores. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005. p. 71-104.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES; S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9-29.

MEJIA, M. R. G. **Identidades e Representações Sociais na Construção de Territórios em um “assentamento” do INCRA em Paraty**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento da Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ. 210f. Rio de Janeiro, 2004

MOURA, L. G. V; **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar** : o caso dos fumicultores de Agudo-RS. 2002. 249 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2002.

NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a04v18n2.pdf>. Acesso em: 12 de Jan. de 2016.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estud. Av.** vol.26 n. 74. p. 51-64. São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 ago. 2012.

NETO, V. J. Juína: de projeto de colonização a pólo regional. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à Utopia da Terra**. Cuiabá-MT; EdUFMT / Carlini e Cianato editorial, 2008.

OLIMPIO, J. A. **Desenvolvimento Econômico ou Crescimento Econômico**. EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí. Artigo. 2010.

Disponível em: < <http://www.emater.pi.gov.br/artigo.php?id=718>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

OLIVEIRA, L. F. T; SILVA, S. P. Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 50, n. 4, p. 705-720, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n4/a07.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2016.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo. Cortez, 2005.

RADAMBRASIL. **Folha SD.21**. Rio de Janeiro. Ministério de Minas e Energia. 1982.540p.

RIZI JÚNIOR, F. **O saneamento básico na área rural e o papel das associações de moradores**: O caso do jardim Vitória. Gestão em foco - UNISEPE , 2014.

ROCHA, E. **Degradação do rio Perdido**. 2009. 26f. Monografia. Licenciatura em Geografia. Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena. Juína/MT, 2009.

RODRIGUES, C. H. M. **Vida Difícil na “Terra de Baco”**: A Questão Agrária na Microrregião Vinicultora de Caxias do Sul e o Caso dos Vitivinicultores Familiares. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ. 2008.

SACCO, F. A. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 17, outubro 2001. p. 54-80. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/art/200110-054-080.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

_____. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003 374p.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALVADOR, T, W, V; **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil**: Considerações sobre a construção interrompida. Tese (Instituto de Economia) Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. 2007. 369 f. Rio de Janeiro, 2007.

SAMMA - Secretaria Municipal de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente. **Cadastro Municipal Rural**. Juína, 2011.

SATTERTHWAITE, D. Como as cidades podem contribuir para o Desenvolvimento Sustentável. In: MENEGAT, Rualdo e ALMEIDA, Gerson (org.). **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades, Estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS Editora, pp. 129-167, 2004.

SCHNEIDER, S; A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Rev. de Política Agrícola**. Ano XVI – Nº 3 – ISSN 1413-4969. Jul./Ago./Set.

2007. Brasília-DF. p.14-33. Disponível em:
<<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-de-2007/RPA%20n.3%20-%202007.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2012.

_____. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SILVA, C; SIMIONI F.J; PRETTO, F. N; TALAMINI, E. **Análise da Rentabilidade de Pequenas Propriedades Rurais**. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GCT-D1195.pdf>>. Acesso em 09/03/2016.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. N. **Pluriatividade na agricultura familiar tradicional do estado de Mato Grosso**. Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande – MS, 2013. P 75.

TEIXEIRA, J. B. Saneamento rural no Brasil: perspectivas. In: REZENDE, S.C. (org.). **Cadernos temáticos**. (Vol. 7). In: HELLER, L.; MORAES, L. R. S.; BRITTO, A. L. N. P.; BORJA, P. C.; REZENDE, S. C. (coord.). Panorama do saneamento básico no Brasil. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. 2009. 263 f. Tese (Instituto de Economia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociologia e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1, 2009, p. 60-85. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>>. Acesso em: 13 de Mar. de 2016.

APÊNDICE A
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução. nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde)

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, João Aparecido Ortiz de França, aluno do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado-RS, venho através deste solicitar a sua participação na pesquisa intitulada: **O modelo de desenvolvimento do Parque Laranjeira do município de Juína/MT: um estudo de caso**, a qual tem por objetivo analisar a importância da pluriatividade na promoção de condições para sustentabilidade econômica, social e ambiental no Parque Laranjeira em Juína/MT. Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, tendo como orientadora a Prof. Dr. Júlia Elisabete Barden, e será aplicada após a aprovação do COEP – Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Univates.

Informações sobre a pesquisa:

1. A participação é voluntária. Caso você aceite, você irá responder um formulário com questões semiestruturadas voltadas ao assunto;

2. As perguntas do formulário não pretendem trazer nenhum desconforto, constrangimentos ou risco. Portanto, não há riscos e prejuízos de qualquer espécie que poderiam ser provocados pela pesquisa;
3. A pesquisa é exclusivamente de caráter científico sem intenção de promover ou macular a imagem de quem quer que seja;
4. Não há nenhum fim lucrativo para a sua participação na pesquisa. Sendo assim, a participação será espontânea e gratuita;
5. A qualquer momento você poderá desistir da participação, podendo a qualquer momento realizar perguntas sobre a pesquisa;
6. Na publicação do resultado da pesquisa, os dados como nome, profissão, local de moradia, não serão divulgados. Serão utilizados nomes fictícios;
7. Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca deste estudo poderá ser obtido junto ao aluno, pelo telefone (66) 3566- 2634 /(66)8123-2293;
8. Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicito a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Pelo presente termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa, pois fui devidamente informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos instrumentos de coletas de informação que serão utilizados, dos riscos e benefícios, conforme já citados neste termo.

Juina - MT, ____ de _____ de 2013.

Nome do participante da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

João Aparecido Ortiz de França
(Pesquisador)

APÊNDICE B

FORMULÁRIO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL APLICADO NO ESTUDO DE CASO DO PARQUE LARANJEIRAS NO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT.

1. DADOS PESSOAIS:

- 1.1. Nome: _____ idade _____.
- 1.2. Sexo: () masculino () feminino.
- 1.3. Estado Civil: () solteiro; () casado; () divorciado; () viúvo; () amasiado.

2. ASPECTOS SOCIAIS

- 2.1. Escolaridade:
- () Fundamental incompleto;
 - () Fundamental completo;
 - () Médio incompleto;
 - () Médio completo;
 - () Superior incompleto;
 - () Superior completo.
- 2.2. Quantos anos convive na comunidade:
- () Inferior a 1 ano;
 - () De 1 a 5 anos;
 - () De 5 a 10 anos
 - () De 10 a 20 anos.
 - () Acima de 20 anos.
- 2.3. Posse da terra:
- () Proprietário;
 - () Arrendatário;
 - () Parceiro;
 - () Funcionário;
 - () Outros.(especificar) _____.
- 2.4. Tipo de casa:
- () Alvenaria;
 - () Madeira;
 - () Mista;
 - () Outra (especificar): _____.
- 2.5. Número de cômodos na moradia:
- () até 5;
 - () de 6 a 10;
 - () acima de 10.
- 2.6. Quantas pessoas residem na propriedade:
- () 0 à 3;
 - () 4 à 6;
 - () Acima de 6.
- 2.7. Tem energia elétrica na residência? () Sim () Não;
- 2.7.1 Se **sim**, qual é a fonte: () Geração própria; () CEMAT
- 2.8. A família tem acesso aos serviços públicos de saúde? () Sim () Não
- 2.9. Utiliza de empresas privadas ou convênio particular de saúde?
() Sim () Não () às vezes.
- 2.10. Participa de associação dentro ou fora do Parque Laranjeira? () Sim () Não; se **sim**, qual é o tipo?:
- () Cooperativa
 - () Associação
 - () Sindicato de trabalhadores
 - () Partido Político

- () Outras modalidades. Quais? _____
- 2.10.1 Qual é a frequência da participação: _____
- () Baixa (até 30%)
- () Média(40% à 60%)
- () Alta (acima de 70%)
- 2.11. Tipo de condução que utiliza:
- () Própria
- () Onibus
- () Outra (especifique): _____
- 2.12. Possui veículo automotor? (automóvel, caminhonete, utilitário, etc.). () Sim () Não
- 2.13. Qual eletrodoméstico possui?
- () Rádio
- () Televisão
- () Fogão a gás
- () Geladeira
- () Computador
- 2.14. Assiste à TV com frequência? () Sim () Não
- 2.14.1. Qual(is) programa(s)? _____
- 2.15. Tem acesso à internet? () Sim () Não Onde? _____
- 2.16. Lê jornal com frequência? () Sim () Não.
- 2.17. Quais são suas atividades de lazer? _____
- _____

3. ASPECTOS ECONÔMICOS

- 3.1 Área total da propriedade:
- () até 1 ha;
- () De 1 à 2 ha;
- () De 2 à 3 ha;
- () De 3 à 4 ha;
- () De 4 à 5 ha;
- () Acima de 5 ha
- 3.2. Tipos de Criações na propriedade:
- () Bovina: () Leite () Leite e corte () Corte = cria+recria+engorda
- () Suínos.
- () Aves.
- () Caprinos e ovinos.
- () Apicultura.
- () Psicultura.
- () Outras. (Quais?) _____
- 3.3. Tipos de culturas produzidas na propriedade:
- () Arroz
- () Feijão
- () Mandioca
- () Milho
- () Pomar
- () Horta
- () Outras. Quais? _____
- 3.4 Área da propriedade destinada para produção:
- () Até 10%
- () De 10% à 20%
- () De 20% à 50%
- () De 50% à 70%
- () De 70% à 90%
- () Acima de 90%
- 3.5 Comercialização da produção:
- () Na propriedade
- () Comércio
- () Feira
- () Atacadista (cerealista, outro)
- () Supermercado

() CONAB

3.6 A fonte de renda familiar é agrícola e/ou pecuária? () Sim () Não;

3.6.1. Se **sim**, qual a percentagem:

() 100 a 75%

() 75 a 50%

() 50 a 25%

() 25 a 1%

3.7. A família possui fonte de renda não agrícola? (artesanato, turismo, agroindústria)?

() Sim () Não;

3.7.1. se **sim**, qual a percentagem:

() 100 a 75%

() 75 a 50%

() 50 a 25%

() 25 a 1%.

3.8. A família possui outras rendas não agrícolas? (salários, diarista, aposentadoria, etc.).

() Sim () Não;

3.8.1 se **sim**, qual a percentagem:

() 100 a 75%

() 75 a 50%

() 50 a 25%

() 25 a 1%

3.9. Utiliza de crédito rural: () Sim () Não. Se **não** utiliza, quais os motivos?

3.10. Qual a renda familiar total:

() Até 1 salário mínimo

() De 1 à 2 salários mínimos;

() De 2 à 3 salários mínimos

() De 3 a 4 salários mínimos ;

() De 5 a 10 salários mínimos;

() Mais de 10 salários mínimos.

3.11. Tem acesso ao avanço tecnológico (sementes selecionadas, irrigação, inseminação, ordenha mecânica, equipamentos, pesquisas recentes, etc).

() Sim () Não;

3.11.1. se **sim**, qual a percentagem:

() 100 a 75%

() 75 a 50%

() 50 a 25%

() 25 a 1%.

3.11.2 se **não**, qual o motivo? _____

4. ASPECTOS AMBIENTAIS

4.1. Existem na propriedade?

() Rios

() Córregos

() Nascentes

() Açude/represa

4.2. Existem matas ciliares desmatadas? () Sim () Não;

se **sim**, o grau de degradação das matas ciliares pode ser considerado como:

() Alta degradação (acima de 70%)

() Média degradação (40% à 60%)

() Baixa degradação (até 30%)

4.3. Os rios e/ou córregos estão assoreados? () Sim () Não

4.3.1. Se **sim**, qual a percentagem?

() Acima de 70%

() 40% a 60%

() Até 30%

4.4. O solo está degradado? () Sim () Não;

4.4.1 Se **sim**, qual o tipo:

() Empobrecido

- () Erosão
 () Compactado
- 4.4.2 Quais as causas que provocaram a degradação do solo?
- 4.2. Existem animais silvestres na região? () Sim () Não; Se **sim**, a população pode ser considerada como:
 () Baixa (até 30%)
 () Normal (40% à 60%)
 () Alta (acima de 70%)
- 4.3. A residência está ligada à rede de abastecimento de água? () Sim () Não.
- 4.4. Se **não**, a Fonte de água da casa é:
 () Poço de alvenaria;
 () Nascente protegida;
 () Poço descoberto;
 () Cacimba;
 () Córrego ou rio.
- 4.5. A água para consumo é: () Filtrada () Fervida () In natura () Água tratada
- 4.6. Destino da água usada: () Em fossa () No rio () A céu aberto
- 4.7. A residência possui rede de coleta de esgoto? () Sim () Não
- 4.8 Se **não** qual é o destino do esgoto? () Fossa () Cursos d'água () Outros (Quais?)_____.
- 4.9. Existe coleta pública domiciliar do lixo na região? () Sim () Não
- 4.9.1. Se **SIM**, como procede:
 () Armazena tudo junto
 () Separa o lixo para coleta seletiva
 () Faz compostagem
 () Reutiliza
 () Outros. Cite: _____.
- 4.9.2. Se **NÃO**, o que/como faz com o lixo:
 () Compostagem
 () Deixa em redor da casa
 () Enterra
 () Joga no rio
 () Queima
 () Recicla
 () Outros. Cite: _____.
- 4.10. Realiza adubação: () Sim () Não;
- 4.10.1 Se **sim**, marque o tipo: () Orgânica () Química.
- 4.11. Combate a pragas: () Sim () Não,
- 4.11.1 Se **sim**, marque o tipo:() Inseticidas () Controle alternativo
- 4.12. Faz lavagem triplíce das embalagens vazias de agrotóxicos? () Sim () Não.
- 4.13. Qual o destino da embalagem vazia de agrotóxicos:
 () Céu aberto;
 () Reutilizada;
 () Central de recebimento.
- 4.14. Como você contribui para a preservação ambiental?
-
-

ANEXOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO
UNIVATES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO PARQUE LARANJEIRA DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT: UM ESTUDO DE CASO

Pesquisador: JOÃO APARECIDO ORTIZ DE FRANÇA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 12499713.5.0000.5310

Instituição Proponente: FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 335.660

Data da Relatoria: 17/07/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem elaborado e contempla a ideia da pesquisa. Descreve de forma clara as interações e ações relacionadas aos pesquisadores e pesquisados.

Objetivo da Pesquisa:

O Objetivo primário: "Analisar a importância da pluriatividade na promoção de condições para sustentabilidade econômica, social e ambiental no Parque Laranjeira em Juína/MT" e os objetivos secundários estão adequados à proposta da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão adequadamente escritos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem relevância científica e este Comitê entende sua pertinência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão adequados.

Recomendações:

Não há recomendações.

Endereço: Rua Avelino Tallini, 171 - Sala 319 - Prédio 01
Bairro: Bairro Universitário **CEP:** 95.900-000
UF: RS **Município:** LAJEADO
Telefone: (51)3714-7000 **Fax:** (51)3714-7001 **E-mail:** coep@univates.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
UNIVATES



Continuação do Parecer: 335.660

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou lista de inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Do ponto de vista ético foram atendidos todos requisitos previstos na Resolução CNS 466/2012.

LAJEADO, 17 de Julho de 2013

Assinador por:
Cátia Viviane Gonçalves
(Coordenador)

Endereço: Rua Avelino Tallini, 171 - Sala 319 - Prédio 01
Bairro: Bairro Universitário **CEP:** 95.900-000
UF: RS **Município:** LAJEADO
Telefone: (51)3714-7000 **Fax:** (51)3714-7001 **E-mail:** coep@univates.br